



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto Lei nº 245/2014**  
**(Autoria do Deputado Anibelli Neto)**

Denominação de viaduto localizado  
no Município de Telêmaco Borba,  
próximo ao Km 215 da Rodovia PR-  
160.

**Art. 1º** Denomina Carlos Hugo Wolff Von Graffen o  
viaduto localizado nas proximidades do Km 215 da Rodovia PR-  
160, Município de Telêmaco Borba.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua  
publicação.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2014.

*Am.*  
*Ednaldo*  
Presidente  
Aníbal Khury  
Relator  
Ney Peres  
José Lúcio



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto Lei nº 249/2014**  
(Autoria dos Deputados Pedro Lupion, Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini, Andre Bueno e Anibelli Neto)

Alteração da Lei nº 6.977, de 30 de dezembro de 1977, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**Art. 1º** A Lei nº 6.977, de 30 de dezembro de 1977, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Concessão de Título de Utilidade Pública à Sverdi – Propagação e Cultura, com sede e foro no Município de Curitiba.

**Art. 1º** Concede o Título de Utilidade Pública à Sverdi – Propagação e Cultura, com sede e foro no Município de Curitiba.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2014.

Presidente  
Relator  
Mara Lima



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto Lei nº 250/2014**  
**(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Andre**  
**Bueno,**  
**Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Pedro Lupion e Tercílio Turini)**

Alteração da Lei nº 8.361, de 22 de setembro de 1986, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**Art. 1º** A Lei nº 8.361, de 22 de setembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

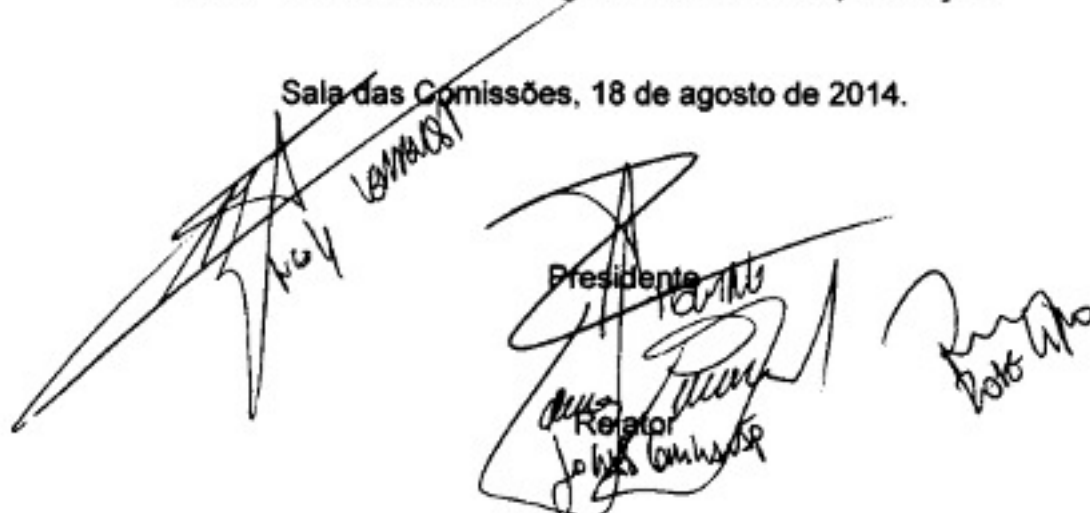
"Concessão de Título de Utilidade Pública à Shalom Associação Beneficente do Jardim Guarujá, com sede e foro no Município de Cascavel.

**Art. 1º** Concede o Título de Utilidade Pública à Shalom Associação Beneficente do Jardim Guarujá, com sede e foro no Município de Cascavel.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2014.

  
Assinaturas manuscritas dos membros da Comissão de Redação, incluindo o Presidente e o Relator.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto Lei nº 251/2014**  
**(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Andre**  
**Bueno,**  
**Aníbelli Neto, Cantora Mara Lima, Pedro Lupion e Tercílio Turini)**

Alteração da Lei nº 9.223, de 3 de abril de 1990, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**Art. 1º** A Lei nº 9.223, de 3 de abril de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Concessão de Título de Utilidade Pública à Fundação Pedro Seleme, com sede e foro no Município de Curitiba.

**Art. 1º** Concede o Título de Utilidade Pública à Fundação Pedro Seleme, com sede e foro no Município de Curitiba.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2014.

Presidente  
Relator  
Assessor  
Assessor





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto Lei nº 252/2014**  
(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Andre  
Bueno,  
Aníbeili Neto, Cantora Mara Lima, Pedro Lupion e Tercílio Turini)

Alteração da Lei nº 6.724, de 13 de novembro de 1975, de  
concessão de Título de Utilidade Pública.

**Art. 1º** A Lei nº 6.724, de 13 de novembro de 1975, passa a  
vigorar com a seguinte redação:

"Concessão de Título de Utilidade  
Pública ao Centro de Educação Infantil  
Perseverança, com sede e foro no  
Município de Paranaguá."

**Art. 1º** Concede o Título de Utilidade Pública ao Centro de  
Educação Infantil Perseverança, com sede e foro no Município de  
Paranaguá.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2014.

Presidente  
Relator  
Mara Lima  
Pedro Lupion  
Tercílio Turini  
Aníbeili Neto  
Tadeu Veneri  
Caíto Quintana



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto Lei nº 253/2014**  
(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Andre  
Bueno,  
Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Pedro Lupion e Tercílio Turini)

Alteração da Lei nº 6.962, de 6 de dezembro de 1977, de  
concessão de Título de Utilidade Pública.

**Art. 1º** A Lei nº 6.962, de 6 de dezembro de 1977, passa a vigorar  
com a seguinte redação:

"Concessão de Título de  
Utilidade Pública à Província  
Cristo Redentor, com sede e foro  
no Município de Curitiba."

**Art. 1º** Concede o Título de Utilidade Pública à Província Cristo  
Redentor, com sede e foro no Município de Curitiba.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2014.

Presidência  
Relator  
Anibelli Neto  
Cantora Mara Lima  
Pedro Lupion  
Tercílio Turini  
Caíto Quintana  
Tadeu Veneri  
Andre Bueno



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 317/2014 (Autoria do Deputado Enio Verri)

Alteração da Lei nº 16.925, de 5 de outubro de 2011,  
de concessão de Título de Utilidade Pública.

**Art. 1º** A Lei nº 16.925, de 5 de outubro de 2011, passa a vigorar  
com a seguinte redação:

"Concessão de Título de Utilidade Pública à  
Agência de Desenvolvimento Ambiental, Social,  
Cultural e Econômico Liberdade - ADASCEL, com  
sede e foro no Município de Maringá.

**Art. 1º** Concede o Título de Utilidade Pública à Agência de  
Desenvolvimento Ambiental, Social, Cultural e Econômico  
Liberdade - ADASCEL, com sede e foro no Município de Maringá.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2014.

Presidente  
Enio Verri  
Relator  
Jorge Luis  
Wey  
Rosa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO





### Redação Final ao Projeto de Resolução nº 11/2014

Aprovação da Prestação de Contas das despesas  
dos Senhores Deputados, mês de março de 2014.

Art. 1º Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações contidas na Resolução nº 3, de 13 de abril de 2009, referente ao mês de março de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2014.

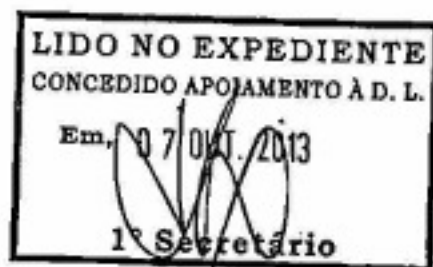
  
  
Presidente  
  
Relator  
  
Dorelli



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



PROJETO DE LEI Nº 486/13



SUMULA: Declara de Utilidade Pública a **SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL FONTE DE VIDA**, com sede e foro no Município de Rio Negro.

**Art. 1º** Fica declarado de Utilidade Pública Estadual a **Sociedade de Assistência Social e Educacional Fonte de Vida**, com sede e foro no Município de Rio Negro no Estado do Paraná.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 07 de outubro de 2013.

  
**STEPHANES JUNIOR**  
Deputado Estadual



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



## **JUSTIFICATIVA**

A **Sociedade de Assistência Social e Educacional Fonte de Vida**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de finalidade assistencial e educacional, de Utilidade Pública Municipal, tem sua sede localizada na Estrada Geral, S/Nº - Roseira, Cidade de Rio Negro, no Estado do Paraná.

O trabalho da Sociedade de Assistência Social e Educacional Fonte de Vida é voltado a apoiar pessoas em sua luta pela superação da dependência química e do alcoolismo.

Os apoiados, em geral, residem na sede da Fonte de Vida, com direito a apoio espiritual, de assistência social, alimentação, atividades laborais, terapia ocupacional, cursos que envolvem a área de capacitação em diferentes projetos desenvolvidos pela instituição e que buscam a {re}integração dos mesmos ao convívio social e que, agora, tem como alvo uma perspectiva inclusiva.

O trabalho desenvolvido não tem a obrigatoriedade de permanência na Fonte de Vida, visto que se trata de uma instituição aberta à entrada e saída, de acordo com a disponibilidade de vagas e o interesse da pessoa apoiada.

A Fonte de Vida também desenvolve trabalhos com as famílias através de grupos de apoio, palestras em escolas, igrejas e outras entidades e acampamentos com jovens, crianças, adultos e idosos visando a prevenção de drogas.

Pelo interesse social que a matéria aqui elencada exige, solicito aos nobres Pares deste Legislativo o relevante apoio ao presente projeto.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 486/2013**

**Projeto de Lei nº. 486/2013**  
**Autor: Deputado Stephanes Junior**

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a **Sociedade de Assistência Social e Educacional Fonte de Vida**, com sede e foro no Município de Rio Negro.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA**  
**- LEI Nº 17.826/2013 - REQUISITOS**  
**PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Stephanes Junior, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Sociedade de Assistência Social e Educacional Fonte de Vida**, com sede e foro no Município de Rio Negro, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis,

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II – ter personalidade jurídica, há mais de um ano;

III- finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto,

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



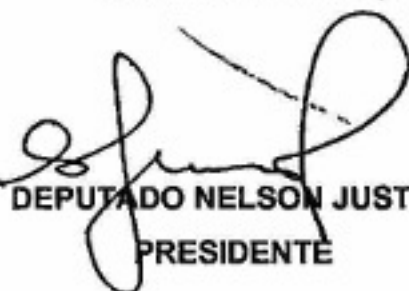
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

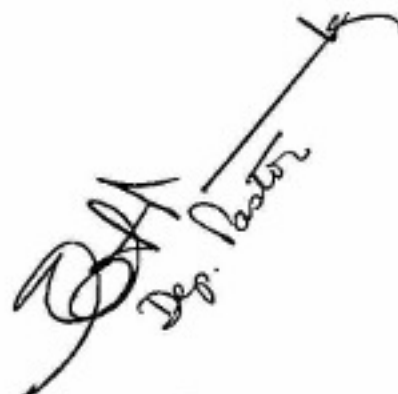
Sala das Comissões, em 27 de Maio de 2014.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA  
RELATOR

  
Dep. Pericles

  
Dep. Tucumã

  
Dep. Pastor



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Professor Lemos*



PROJETO DE LEI

793/13

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 17 DEZ. 2013


1º Secretário

**SÚMULA:** Insere no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Expedição Ecológica Amigos do Rio Piquiri", realizada anualmente na semana do dia 24 de novembro, em comemoração ao Dia do Rio.

Art. 1º: Insere no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Expedição Ecológica Amigos do Rio Piquiri", realizada anualmente na semana do dia 24 de novembro, em comemoração ao Dia do Rio.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2013.

  
PROFESSOR LEMOS  
Deputado Estadual



**JUSTIFICATIVA**

A expedição Ecológica é realizada em parceria com os municípios Ubatã, Altamira do Paraná, Nova Cantu, Campina da Lagoa, Anahy, Corbélia e Iguatú. Em edições passadas, a participação média foi de 75 barcos que percorrem um percurso de 106 km do Piquiri.

A Associação dos Amigos do Rio Piquiri, de Ubatã, município do centro-oeste do Paraná, realiza todos os anos, em comemoração ao Dia do Rio em 24 de novembro, a Expedição Ecológica. O objetivo do evento é a conscientização ecológica e a preservação ambiental, com a pesca consciente e com a valorização das águas. Além de efetuar o plantio e distribuição de sementes de árvores às margens do Rio Piquiri, também é realizada a coleta de lixo ao longo do percurso da expedição.

O Rio Piquiri, principal curso de água da bacia, banha total ou parcialmente os municípios de Guarapuava, Turvo, Campina do Simão, Goioxim, Santa Maria do Oeste, Marquinho, Palmital, Laranjal, Nova Laranjeiras, Diamante do Sul, Altamira do Paraná, Guaraniaçu, Campo Bonito, Campina da Lagoa, Braganey, Anahy, Iguatu, Corbélia, Ubatã, Nova Aurora, Quarto Centenário, Goioerê, Mariluz, Alto Piquiri, Formosa do Oeste, Brasilândia do Sul, Assis Chateaubriand, Palotina, Iporá, Francisco Alves, Terra Rocha e Altônia.

Um dos principais objetivos da Expedição Ecológica é o repovoamento das espécies nativas ao Rio Piquiri, por meio da reposição de alevinos no rio.

Diante de todo o exposto, conclamo o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## PARECER AO PROJETO DE LEI 799/2013

Projeto de Lei nº. 799/2013

Autor: Deputado Professor Lemos.

**Súmula:** Insere no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Expedição Ecológica Amigos do Rio Piquiri", realizada anualmente na semana do dia 24 de novembro, em comemoração ao Dia do Rio.

**EMENTA:** INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO A EXPEDIÇÃO ECOLÓGICA AMIGOS DO RIO PIQUIRI. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Professor Lemos, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado a "Expedição Ecológica Amigos do Rio Piquiri", a ser realizada anualmente no mês de novembro.

## FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)**  
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

**Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.**

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora preposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

**Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.**

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


*Comissão de Constituição e Justiça*

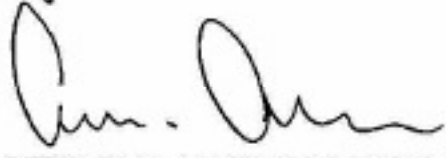


## CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 08 de abril de 2014.

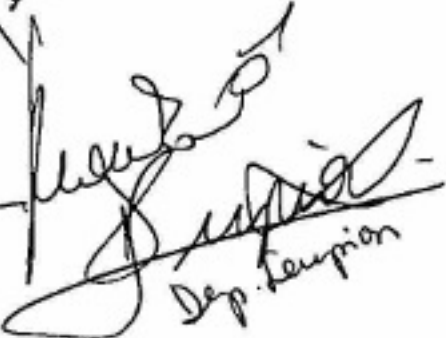
  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ALEXANDRE CURI  
RELATOR

  
Dep. Secomane

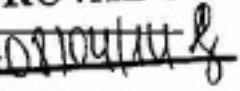
  
Dep. Nereu

  
Dep. Nereu

  
Dep. Leupion

  
Dep. Tadeu

**APROVADO**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Liderança do Governo*



PROJETO DE LEI Nº 200/14

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 06 MAIO 2014

*Manzotti*  
1º Secretário

Inserir no Calendário de Eventos Oficial do Estado o evento "Missa por um Natal Solidário", o qual se realiza anualmente no município de Curitiba.

**Art. 1º** Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado o evento "Missa por um Natal Solidário" que se realiza, anualmente, no mês de dezembro, em Curitiba, em comemoração à emancipação política do estado do Paraná.

**Art. 2º** O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei e adotar medidas para apoiar a organização do evento.

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 06 de maio de 2014.

*Ademar Traiano*  
**ADEMAR TRAIANO**  
Líder do Governo

**JUSTIFICATIVA**

O presente projeto visa inserir o Natal Solidário no Calendário de Eventos Oficial do Estado do Paraná. Este evento é realizado anualmente, no mês de dezembro, na Praça Nossa Senhora da Salette, através da parceria entre o Poder Público e a Associação Evangelizar é Preciso, idealizada pelo Padre Reginaldo Manzotti.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Liderança do Governo*



Trata-se de um evento religioso e gratuito que reúne mais de vinte mil pessoas anualmente, promovendo a arrecadação de donativos que são destinados diretamente às famílias necessitadas da região metropolitana de Curitiba.

O evento tem por objetivo levar a mensagem do Evangelho e da Igreja, incentivar o turismo religioso e cultural e despertar para a responsabilidade social. Portanto, sua inclusão no Calendário Oficial é importante ao Estado, ao que solicitamos o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 200/2014

Projeto de Lei nº. 200/2014

Autor: Deputado Ademar Traiano.

Súmula: Insere no Calendário de Eventos Oficial do Estado o evento "Missa por um Natal Solidário", o qual se realiza anualmente no Município de Curitiba.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO A MISSA POR UM NATAL SOLIDÁRIO. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ademar Traiano, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o evento "Missa por um Natal Solidário", a ser realizado anualmente no mês de dezembro, em Curitiba.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

**Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apolará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.**

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

**Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.**

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça




CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.


Sala das Comissões, 05 de agosto de 2014.

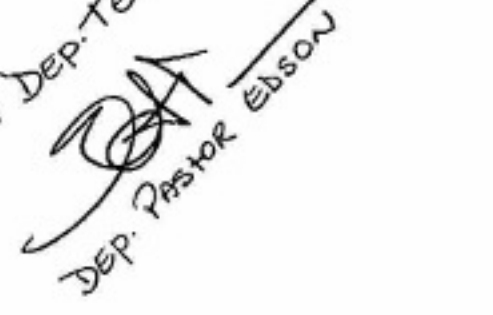
  
DEP. NELSON JUSTUS  
Presidente

  
DEP. ALEXANDRE CURI  
Relator

  
DEP. SCARPAVACCA

  
DEP. BRANDÃO JR.


  
DEP. TERCILIO

  
DEP. PASTOR EDSON

  
DEP. ROMANELLI

  
DEP. TABES

APROVADO

05/08/14 





I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em 05/08/2014

VETO Nº 5/14

Senhor Presidente,

Presidente



Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 228/2014-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 182/2014, por considerar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão de vício material e legislativo.

O Projeto de Lei nº 182/2014 dispõe sobre as diretrizes para a Elaboração e Execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2015, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições do seu art. 8º.

Especificamente quanto ao art. 8º, a proposta era de alocação de recursos orçamentários na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015, para a Defensoria Pública, em até 180.000.000,00, ao passo que foi aprovada nova redação no sentido de fixar um valor no montante de R\$ 180.000.000,00, alterando a proposição do Poder Executivo.

Referida alteração decorreu de vício material e legislativo, na medida que não foi estabelecida via emenda parlamentar.

A modificação ocorrida por instrumento não legítimo implica em desacordo às normas do processo legislativo, elidindo de nulidade a alteração, não restando outra alternativa ao Chefe do Poder Executivo senão vetar o referido artigo.

Esses são os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à apreciação dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICH  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot.º 13.159.947-1

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 06 AGO. 2014

1º Secretário



Lei nº. 18.178



Data 04 de agosto de 2014

Súmula: Dispõe sobre as diretrizes para a  
Elaboração e Execução da Lei  
Orçamentária do exercício financeiro  
de 2015.

*A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 133 da Constituição do Estado do Paraná e na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2015, compreendendo:

- I - as prioridades da Administração Pública Estadual;
- II - a projeção e a apresentação da receita para o exercício;
- III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;
- IV - a estrutura e organização dos orçamentos;
- V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;
- VI - os ajustamentos do Plano Plurianual;
- VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- VIII - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;
- IX - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;
- X - as disposições transitórias e
- XI - as demais disposições.

**CAPÍTULO I**  
**DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL**

**Art. 2º** As metas e prioridades da Administração Pública Estadual, para o exercício de 2015, são as estabelecidas na Lei do Plano Plurianual, relativo ao período de 2012 a 2015, desdobradas em ações dos programas a seguir discriminados:

Programa Acesso à Justiça;

Programa Desenvolvimento das Cidades;  
Programa Desenvolvimento Integrado da Cidadania/PDI-CIDADANIA;  
Programa Desenvolvimento Sustentável e Abastecimento;  
Programa Desenvolvimento Sustentável do Turismo;  
Programa Educação para Todos;  
Programa Energia;  
Programa Excelência no Ensino Superior;  
Programa Inova Educação;  
Programa Morar Bem Paraná;  
Programa Paraná Competitivo;  
Programa Paraná Inovador;  
Programa Paraná Seguro;  
Programa Paraná Sustentável;  
Programa Paraná Tem Cultura;  
Programa Paraná Esporte, Lazer e Atividade Física;  
Programa Proteção e Desenvolvimento Social;  
Programa Rede Paraná Multimodal de Transportes e Logística;  
Programa Saúde para Todo Paraná;  
Programa Trabalho, Emprego e Empreendimentos Solidários;  
Programa Universalização do Saneamento Básico;  
Programa Gestão Estratégica;  
Programa Gestão Administrativa;  
Programa Gestão de Serviços;  
Programa Gestão Institucional - Outros Poderes e Ministério Público;  
Programa Obrigações Especiais.

**Art. 3º** No Projeto de Lei Orçamentária Anual, a destinação dos recursos relativos a programas sociais, definidos no Plano Plurianual, conferirá prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.

## CAPÍTULO II DA PRÓJEÇÃO E DA APRESENTAÇÃO DA RECEITA PARA O EXERCÍCIO

**Art. 4º** A Receita de Recolhimento Centralizado, para o exercício de 2015, será apresentada no seu demonstrativo, com a previsão de 100% (cem por cento) do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, resultando em uma Receita Total Líquida do Estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria Conjunta SOF/STN nº 01, de 30 de junho 2009.

**Parágrafo único.** Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Receita de Recolhimento Centralizado o Grupo de receita dedutível correspondente à parcela a ser transferida por interferência financeira para complementação dos

recursos destinados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná.

**Art. 5º** As Receitas de Recolhimento Centralizado do Tesouro Estadual e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta do exercício de 2015, estão estimadas no valor aproximado de R\$ 39.795.157.954,00 (trinta e nove bilhões, setecentos e noventa e cinco milhões, cento e cinquenta e sete mil, novecentos e cinquenta e quatro reais).

**Art. 6º** As receitas previstas no artigo anterior e consequentemente as despesas fixadas com o respectivo valor, serão atualizadas por ocasião da elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2015, desde que sejam verificadas alterações nos índices de atualização de preços que justifiquem uma reavaliação da previsão da receita.

**Parágrafo único.** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à atualização dos valores constantes do Orçamento Geral do Estado de 2015, estabelecidos a preços de 30 de junho de 2014, antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2014.

### CAPÍTULO III DOS CRITÉRIOS PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**Art. 7º** A elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público obedecerá aos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas, exceto a Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.

I -	PODER LEGISLATIVO .....	5,0%
II -	PODER JUDICIÁRIO .....	9,5%
III -	MINISTÉRIO PÚBLICO .....	4,1%

**Parágrafo único.** Do percentual de 5,0% (cinco por cento) destinado ao Poder Legislativo, caberá ao Tribunal de Contas o percentual de 1,9% (um vírgula nove por cento).



**Art. 8º ...Vetado...**

**Art. 9º** O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2015 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após a dedução dos recursos destinados:

I - à transferência das parcelas da Receita de Recolhimento Centralizado, pertencentes aos municípios;

II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, de acordo com os limites percentuais definidos nos incisos do art. 7º desta Lei;

III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

IV - ao pagamento do serviço da dívida;

V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o art. 205 da Constituição Estadual, com a Lei nº 12.020, de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná, com o Decreto Estadual nº 1.952, de 24 de outubro de 2003 e demais normas legais;

VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo no mínimo a 30% (trinta por cento), da receita líquida de impostos, inclusive as provenientes de transferências de impostos, de acordo com o art. 185 da Constituição Estadual, dos quais 25% (vinte e cinco por cento) caberão à Secretaria de Estado da Educação e 5% (cinco por cento) com despesas do Ensino Superior;

VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, regulamentada pela Lei Complementar Federal nº 141, de 2012, correspondendo para 2015 a 12% (doze por cento), da receita líquida de impostos, inclusive as provenientes de transferências de impostos;

VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

IX - aos convênios e respectivas contrapartidas, firmados com Entidades Nacionais e Internacionais;

X - às contribuições do Estado ao Sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, conforme legislação em vigor;

XI - ao pagamento de sentenças judiciais; e

XII - à reserva de contingência, de acordo com o especificado no art. 36 desta Lei.

§ 1º As despesas com ações e serviços públicos de saúde a que se refere o inciso VII do caput deste artigo, que representam os 12% (doze por cento) da Receita Líquida de Impostos do Tesouro Geral do Estado, são aquelas relativas à prevenção, promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde.

§ 2º Os recursos a que se refere o inciso VII deste artigo serão alocados na Unidade Orçamentária: Fundo Estadual de Saúde – FUNSAÚDE, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 10. Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada Órgão/Unidade, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária, tendo em vista a possibilidade de ocorrerem modificações na estrutura administrativa do Poder Executivo, após o encaminhamento do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2015 à Assembleia Legislativa.

#### CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 11. Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista Dependentes e o Orçamento de Seguridade Social discriminarão o programa de trabalho por:

- I - Unidade Orçamentária;
- II - Função;
- III - Subfunção;
- IV - Programa;
- V - Projeto, Atividade ou Operação Especial;
- VI - Categoria Econômica da Despesa;
- VII - Grupo de Despesa;
- VIII - Modalidade de Aplicação; e
- IX - Grupo de Fontes.

§ 1º Cada ação orçamentária, entendida como sendo a atividade, o projeto ou a operação especial, deve identificar a função, a subfunção e o programa ao qual se vincula.

§ 2º Os conceitos de função, subfunção e programa, são aqueles dispostos na Portaria nº 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999 e Portaria-SOF nº 54, de 4 de julho de 2011.

§ 3º Cada programa terá as ações necessárias para atingir os seus objetivos, identificadas sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, com as especificações dos valores, metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela sua realização.

§ 4º Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por Grupo de Natureza de Despesa, Grupo de Fonte e Modalidade de Aplicação.

§ 5º Os Grupos de Natureza de Despesa a que se refere o inciso VII deste artigo, constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao seu objeto de gasto, conforme especificação a seguir:

#### DESPESAS CORRENTES

Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais

Grupo 2 - Juros e Encargos da Dívida

Grupo 3 - Outras Despesas Correntes

#### DESPESAS DE CAPITAL

Grupo 4 - Investimentos

Grupo 5 - Inversões Financeiras

Grupo 6 - Amortização da Dívida

§ 6º A Modalidade de Aplicação a que se refere o inciso VIII deste artigo, destina-se a indicar a forma como os recursos serão aplicados pelas unidades orçamentárias, e observará o seguinte detalhamento:

- 20 – Transferências à União;
- 22 – Execução Orçamentária delegada à União;
- 30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal;
- 31 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal – Fundo a Fundo;
- 32 – Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal;
- 35 – Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 38 – Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 40 – Transferências a Municípios;
- 41 – Transferências a Municípios – Fundo a Fundo;
- 42 – Execução Orçamentária Delegada a Municípios;
- 45 – Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 46 – Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;
- 60 – Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos;
- 70 – Transferências a Instituições Multigovernamentais;
- 71 – Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio; -

- 72 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos;
- 73 – Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 74 – Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 75 – Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 76 – Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 80 – Transferências ao Exterior;
- 90 – Aplicações Diretas;
- 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- 93 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe;
- 94 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe;
- 95 – Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 96 – Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 99 – A definir (utilizado no Orçamento do Estado do Paraná, apenas para caracterizar as despesas oriundas de emendas legislativas).

§ 7º Os Grupos de Fontes de Recursos a que se refere o inciso IX deste artigo, constituem a agregação de fontes conforme discriminação a seguir:

**GRUPO 01 - RECURSOS PRÓPRIOS DO TESOURO** – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 100 - Ordinário não Vinculado;
- Fonte 102 - Receita Condicionada da Contribuição do Servidor Público;
- Fonte 103 - Receita Condicionada da Lei Complementar nº 87, de 1996;
- Fonte 104 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - GIDE;
- Fonte 105 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e Outros;
- Fonte 106 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - FEPEGE/RR;
- Fonte 108 - Receita de Alienação de Outros Bens Móveis e Imóveis;
- Fonte 109 - Recursos Provenientes de Percentual sobre a Venda de Bilhetes de Passagens Intermunicipais para ações voltadas à Criança e ao Adolescente;
- Fonte 110 - Recursos para Estatização das Serventias do Foro Judicial;
- Fonte 111 - Indenização pelo Excedente da Amortização de Bens Reversíveis em Encampação de Rodovias;



Fonte 112 - Retornos dos Programas PROSAM/PEDU/PARANASAN;  
 Fonte 113 - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná - FUNESP/PR;  
 Fonte 114 - Receita da Escola de Governo/SEAP;  
 Fonte 115 - Receita Excedente dos Colégios Agrícolas;  
 Fonte 122 - Receita Provenientes do Programa Paraná Competitivo;  
 Fonte 123 - Renda do Fundo Penitenciário;  
 Fonte 124 - Multas e Taxas de Saúde Pública - FUNSAUDE;  
 Fonte 125 - Venda de Ações e/ou Devolução de Créditos ou de Capital Subscrito/Integralizado ou não;  
 Fonte 127 - Multas e Taxas de Defesa Sanitária - FEAP;  
 Fonte 128 - Fundo de Reequipamento do Fisco - FUNREFISCO;  
 Fonte 131 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social - Lei nº 11.091, de 16 de maio de 1995;  
 Fonte 132 - Pesquisa Científica e Tecnológica;  
 Fonte 138 - Taxa Ambiental;  
 Fonte 141 - Retorno de Programas Especiais - FDU;  
 Fonte 147 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas ao Tesouro Geral do Estado por Determinação Legal.

**GRUPO 09 - CONVÊNIOS DO TESOIRO** - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 107 - Convênios com Órgãos Federais;  
 Fonte 133 - Transferências e Convênios com o Exterior;  
 Fonte 148 - Outros Convênios.

**GRUPO 10 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS** - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 116 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE;  
 Fonte 117 - Transferências da União - SUS;  
 Fonte 118 - Recursos Provenientes de Indenização da PETROBRAS;  
 Fonte 145 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

**GRUPO 15 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOIRO** - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 120 - Operações de Crédito Internas;  
 Fonte 142 - Operação de Crédito Externa/BIRD;  
 Fonte 143 - Operação de Crédito Externa/BID;  
 Fonte 144 - Outras Operações de Crédito Externas.

**GRUPO 95 - RECURSOS DE OUTRAS FONTES** - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 250 - Diretamente Arrecadados;  
 Fonte 251 - Operação de Crédito Interna;  
 Fonte 252 - Operação de Crédito Externa;

Fonte 254 - Multas por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro - FUNRESTRAN;  
Fonte 256 - Reposição Florestal - SERFLOR;  
Fonte 257 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas a Entidades da Administração Indireta por Determinação Legal;  
Fonte 258 - Diretamente Arrecadados com Utilização Vinculada;  
Fonte 270 - Aumento de Capital Social;  
Fonte 281 - Transferências e Convênios com Órgãos Federais;  
Fonte 283 - Transferências e Convênios com o Exterior;  
Fonte 284 - Outros Convênios / Outras Transferências.

**Art. 12.** O Orçamento de Investimento abrangerá as empresas independentes nas quais o Estado detenha a maioria do capital social com direito a voto, e dele constarão todos os investimentos a serem realizados, independentemente da fonte de financiamento utilizada.

**Art. 13.** O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista não Dependentes, constará no seu programa de trabalho e a discriminação da despesa destacados por projeto/atividade, segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos e será apresentado no Anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

**Art. 14.** Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, bem como, na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento do Projeto da LDO de 2015 à Assembleia Legislativa,

**Art. 15.** Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, a criação de novas fontes de qualquer grupo de fontes de recursos, inclusive as decorrentes de alterações de legislação ou de Operações de Crédito efetivadas após o encaminhamento do Projeto da LDO de 2015 à Assembleia Legislativa, dando ciência à Assembleia Legislativa.

**Art. 16.** O Programa de Obras será apresentado no Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual, por Unidade Orçamentária, por Projeto ou Atividade, de forma detalhada e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no § 7º do art. 133 da Constituição do Estado do Paraná.

**Parágrafo único.** As obras iniciadas no exercício anterior terão prioridade na aplicação dos recursos, devendo ser identificadas no Anexo V pelo Indicativo (A) em andamento.

**Art. 17.** O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembleia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no inciso III do art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, conterá:

I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado, metas fiscais para o exercício de 2015, o quadro-resumo do saldo devedor da dívida pública consolidada e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;

II - texto da Lei;

III - Anexo I contendo a legislação da Receita de Recolhimento Centralizado e Descentralizado e quadros-resumo das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes;

IV - Anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

V - Anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, a que se refere os incisos I e II do § 6º do art. 133 da Constituição do Estado do Paraná;

VI - Anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, a que se refere o inciso III do § 6º do art. 133 da Constituição do Estado do Paraná;

VII - Anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme o disposto no § 7º do art. 133 da Constituição do Estado do Paraná;

VIII - Anexo VI contendo o demonstrativo das Vinculações Constitucionais e Legais, no que se refere a:

- a) Poder Legislativo;
- b) Poder Judiciário;
- c) Ministério Público;
- d) Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Público;
- e) Ações e Serviços Públicos de Saúde;
- f) Ciência e Tecnologia;

IX - Anexo VII contendo o demonstrativo do Orçamento de Previdência composto pelos Fundos Previdenciários, geridos pelo PARANAPREVIDÊNCIA;

X - Anexo VIII contendo as proposições parlamentares relativas às emendas à despesa;

XI - Anexo IX contendo as proposições parlamentares relativas às emendas ao conteúdo programático;

XII - Anexo X contendo os cancelamentos efetuados para suportarem às emendas à despesa;

XIII - Anexo XI contendo as proposições parlamentares relativas às emendas coletivas.

#### **CAPÍTULO V** **DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS** **ORÇAMENTOS DO ESTADO**

**Art. 18.** A elaboração do Projeto de Lei, a sua aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2015, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo o acesso da sociedade às informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como, levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo deverá estabelecer programação orçamentário-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

**Art. 19.** Os repasses de recursos aos outros Poderes e ao Ministério Público ocorrerão mensalmente, nos percentuais estabelecidos por esta Lei, calculados sobre a previsão mensal de realização da receita e não com relação ao duodécimo dos valores orçados, compensando no mês seguinte o montante de repasse para mais ou para menos de acordo com a efetiva arrecadação do mês.

**Art. 20.** Se verificada, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, os outros Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

**§ 1º** Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

**§ 2º** Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

**Art. 21.** As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 12 de setembro de 2014, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.



**Parágrafo único.** No caso dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público não apresentarem suas propostas orçamentárias até o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a lançar os valores dentro dos limites fixados, utilizando como base a Lei Orçamentária do exercício anterior.

**Art. 22.** As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites estabelecidos nesta Lei, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

**Art. 23.** A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na Receita Centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da Secretaria de Estado da Fazenda - AGE/SEFA.

**Art. 24.** Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - incluídas despesas, a título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos, na forma do § 3º do art. 167 da Constituição Federal e do § 2º do art. 135 da Constituição Estadual;

IV - classificadas como atividades, dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada;

V - incluídas em Projetos ou Atividades, despesas caracterizadas como operações especiais;

VI - fixadas despesas com valores simbólicos;

VII - incluídas despesas decorrentes de "transferências de recursos financeiros de entidades pertencentes à administração pública estadual", ou seja, de transferências dentro da mesma esfera de Governo (vedada duplicidade de receita).

**Art. 25.** As receitas dos Órgãos e Entidades controlados direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente às despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo único. Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes.

**Art. 26.** As unidades da administração indireta, deverão programar em seus orçamentos, recursos para pagamento de PASEP com recursos próprios, no mínimo no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor da sua receita própria, ou seja, da sua receita diretamente arrecadada.

**Art. 27.** Os recursos do Tesouro Geral do Estado destinados às Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes não comporão o Demonstrativo de Receitas Próprias destas Entidades; para evitar duplicidade, esses recursos serão apenas demonstrados na sua totalidade, como repasses de recursos do tesouro estadual, de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

**Art. 28.** O Orçamento Fiscal conterá Projetos/Atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, que receberão recursos do Estado para compor o seu Orçamento de Investimento.

**Art. 29.** O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, conterá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

**Art. 30.** A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015.

**Art. 31.** As despesas destinadas ao pagamento de sentenças judiciais correrão a conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais, especificadas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos e na Administração Geral do Estado – Recursos sob Supervisão da SEFA.

**§ 1º.** As unidades da administração indireta que tenham sentenças judiciais transitadas em julgado de pequeno valor, deverão programar em seus orçamentos o valor dos mesmos com recursos próprios.

**§ 2º.** Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo (Comissão de Análise e Controle de Pagamentos Judiciais), até o dia 20 de julho de 2014, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2014, para serem incluídos no orçamento de 2014, especificando:

- I - número da ação originária;
- II - número do precatório;
- III - tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);

- IV - enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- V - data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- VI - valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2014, conforme § 5º do art. 98 da Constituição do Estado do Paraná);
- VII - cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

**Art. 32.** Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão/Unidade celebrante do contrato.

**§ 1º** A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação, todos os recursos de transferências intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

**§ 2º** A execução orçamentária de despesas provenientes de acordos, convênios ou atos similares intragovernamentais, será realizada no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de Movimentação de Crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, na Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001 e suas alterações posteriores, na Portaria nº 339 STN, de 29 de agosto de 2001 e no Decreto Estadual nº 5.975, de 22 de julho de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

**Art. 33.** O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de desembolso, por órgão, agrupando-se às fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

**Art. 34.** O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, ficando vedada a aplicação do § 2º do art. 78 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000, em relação às Receitas Tributárias, por força da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

**Art. 35.** O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de Superávit Financeiro apurados nos balanços das Unidades da Administração Indireta do Poder Executivo, para atender programas prioritários de Governo.

**Art. 36.** A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência no montante definido com base na receita corrente líquida para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**Art. 37.** O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015, conterá autorizações para abertura de créditos adicionais do Poder Executivo, até o limite

percentual de 5% (cinco por cento) do valor global da receita fixada para o exercício, nas formas previstas no § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, excetuando-se as dotações referentes à recursos de Convênios, Acordos Nacionais e de Agentes Financeiros Internacionais, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados para o exercício.

**Art. 38.** Na Lei Orçamentária Anual, as despesas com amortizações, juros e demais encargos da dívida serão fixados com base nas operações contratadas ou com autorizações concedidas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária à Assembleia Legislativa.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo encaminhará juntamente com a proposta orçamentária para 2015:

1 – quadro detalhado de cada operação de crédito, incluindo credor, taxa de juros, sistemática de atualização e cronograma de pagamento do serviço da dívida;

2 – quadro demonstrativo da previsão de pagamento do serviço da dívida para 2015, incluindo modalidade de operação, valor do principal, juros e demais encargos.

#### CAPÍTULO VI DOS AJUSTAMENTOS DO PLANO PLURIANUAL

**Art. 39.** Fica o Poder Executivo autorizado a fixar as devidas estimativas de recursos e demais atributos do exercício de 2015, para as iniciativas incorporadas ao Plano Plurianual pela Lei Orçamentária de 2015, conforme arts. 5º e 6º da Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

**Art. 40.** Conforme inciso VI do § 3º do art. 133 da Constituição do Estado do Paraná, ficam alterados os indicadores e as iniciativas do Plano Plurianual de 2012 a 2015, de acordo com o Anexo III e Anexo IV desta Lei, para o exercício de 2015.

**§ 1º** Fica, também, o Poder Executivo autorizado a proceder às adequações aos atributos dos Programas e Iniciativas do PPA, para o exercício de 2015, decorrentes das modificações institucionais aprovadas.

**§ 2º** As ações e metas do Plano Plurianual poderão ser objeto de Parcerias Público – Privadas, consoante o disposto no inciso V do art. 12 da Lei nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012.

#### CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA



**LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 41.** Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual, serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de agosto de 2014, em especial:

- I - às modificações na Legislação Tributária, decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;
- II - a concessão e redução de isenções fiscais;
- III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e
- IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

§ 1º Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 2º Do cálculo da Receita Corrente Líquida, serão excluídos os valores referentes aos diferimentos ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o inciso I do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

**CAPÍTULO VIII****DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO ESTADO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS E OUTRAS DESPESAS CORRENTES, COM BASE NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

**Art. 42.** No exercício financeiro de 2015, as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º Os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e Ministério Público, assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º A repartição dos limites globais, de acordo com o inciso II do art. 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

- a) 3% (três por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas;
- b) 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Judiciário;
- c) 49% (quarenta e nove por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Executivo, incluindo a Defensoria Pública;

d) 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Ministério Público Estadual.

§ 3º As contratações de pessoal e movimentações de quadros que impliquem em alterações salariais ou incremento de despesas de que trata o § 1º do art. 169 da Constituição Federal, somente poderão ocorrer se houver recursos orçamentários suficientes e se forem atendidos os requisitos e os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

**Art. 43.** O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo, será estabelecido dentro de um limite de gasto considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

### CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DESTINAÇÃO DE RECURSOS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

**Art. 44.** O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício, não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento, conforme determina o § 2º do art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

**Parágrafo único.** As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

**Art. 45.** As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que, o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2015, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida do Estado.

**Art. 46.** As receitas provenientes das Operações de Crédito em negociação, estão incorporados à receita prevista do Plano Plurianual – PPA 2012 – 2015 e serão incorporados às mesmas na Lei Orçamentária Anual – LOA para 2015.

**Art. 47.** A Agência de Fomento do Paraná S.A., que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazos, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, observará as seguintes prioridades:

I.- impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de crédito ao pequeno e médio empreendedor agrícola, industrial e comercial;

II.- ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso às formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalham na informalidade;

- III - fomentar investimentos em atividades produtivas setoriais;
- IV - prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;
- V - promover a recuperação dos ativos sob sua custódia;
- VI - fomentar e apoiar projetos destinados à implantação e desenvolvimento de iniciativas econômicas de natureza solidária, cooperativa e participativa, nas áreas de produção, distribuição e consumo;
- VII - fomentar a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica, à melhoria da competitividade da economia, a estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do MERCOSUL e à geração de empregos;
- VIII - à participação do Estado na implantação de sistema de transporte rápido de massa;
- IX - fomentar investimentos e apoiar projetos regionais voltados à melhoria e à consolidação da infraestrutura rodoviária, aeroportuária, ferroviária e aquaviária do Estado;
- X - os empréstimos e financiamentos concedidos pela Agência de Fomento, deverão garantir, no mínimo a remuneração dos custos operacionais e de administração dos recursos, assegurando sua auto sustentabilidade financeira, ressalvados os casos disciplinados por legislação específica.

§ 1º A Agência de Fomento do Paraná observará, nos financiamentos concedidos, as políticas de redução das desigualdades sociais e regionais, de geração de emprego e renda, de preservação e melhoria do meio ambiente, de incentivo ao aumento da participação de fontes de energias renováveis na Matriz Energética Paranaense, de ampliação e melhoria da infraestrutura e crescimento, modernização e ampliação da competitividade do parque produtivo paranaense, das atividades comerciais e de serviço sediados no Estado, do turismo e do agronegócio, com atenção às iniciativas de inovação e desenvolvimento tecnológico.

§ 2º A concessão de operações de crédito com os Municípios ou quaisquer entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública Municipal fica condicionada à outorga de garantias, na forma estabelecida pela agência financeira oficial de fomento.

§ 3º Os retornos e os juros dos empréstimos concedidos pela Fomento Paraná serão destinados para futuros empréstimos vinculados ao sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná, conforme determinação do § 1º do art. 4º da Lei nº 17.655, de 7 de agosto de 2013.

## **CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Art. 48.** O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

## **CAPÍTULO XI DEMAIS DISPOSIÇÕES**

**Art. 49.** As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas em conformidade com o disposto no art. 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

**§ 1º** Não poderão ser cancelados recursos correspondentes a pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, transferências constitucionais aos municípios, precatórios, obrigações tributárias e contributivas, fontes vinculadas, contrapartidas de programas financiados e manutenção mínima dos órgãos e unidades da administração pública, para se constituírem em recursos de emendas à despesa.

**§ 2º** Não poderão ser canceladas dotações com recursos próprios (fontes 250 a 284), exceto quando se tratar de remanejamento de recursos dentro da unidade arrecadadora.

**§ 3º** Cada emenda à despesa deverá apresentar a indicação do montante de recursos e a indicação da consequente programação cancelada.

**Art. 50.** Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da Lei Orçamentária Anual até 31 de dezembro de 2014, fica o Poder Executivo autorizado a executar a programação dele constante, para o atendimento das seguintes despesas:

I - Pessoal e Encargos Sociais;

II - Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios, por repartição de receitas;

III - Serviços da Dívida;

IV - PASEP;

V - Precatórios; e



VI O Demais Despesas, à razão de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

**Art. 51.** O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa para ciência, no prazo de vinte dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, na forma do disposto no art. 6º desta Lei.

**Art. 52.** As transferências voluntárias de recursos do Estado para os Municípios, a título de cooperação, auxílios ou assistência financeira, dependerão da comprovação, por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que se encontra em conformidade com o disposto no art. 25 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

**Art. 53.** Observando o disposto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, caso seja necessário proceder a limitação de empenho e movimentação financeira, para cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, o percentual de redução deverá incidir sobre o total de atividades e sobre o de projetos, separadamente, calculado de forma proporcional à participação de cada Poder, do Ministério Público e da Defensoria Pública, excluídas as despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

**Art. 54.** A destinação de recursos orçamentários às Entidades Privadas sem fins lucrativos deverá observar o disposto no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

**Art. 55.** Integram a presente Lei, de acordo com o disposto no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

**Art. 56.** Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

**Art. 57.** Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

**Art. 58.** Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2015 ações necessárias ao pleno funcionamento do Hospital Regional no Município de Toledo.

**Art. 59.** Fica o Poder Executivo autorizado a destinar recursos para incentivo do Transporte Urbano para as Regiões Metropolitanas.

**Art. 60.** Fica o Poder Executivo autorizado a implementar estratégias integradas para o desenvolvimento da infraestrutura de transporte multimodal do Estado, criando condições para o bom andamento das atividades produtivas e para inclusão de áreas de baixo desenvolvimento humano na malha de produção do Estado.

**Art. 61.** Fica o Poder Executivo autorizado a destinar recursos para implementar ações de assistência social nos municípios paranaenses.

**Art. 62.** O Poder Executivo poderá destinar recursos para implementar ações de preservação e recuperação de toxicômanos a entidades de combate às drogas.

**Art. 63.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 04 de agosto de 2014.



Carlos Alberto Richa  
Governador do Estado

Cezar Silvestri  
Chefe da Casa Civil

Maria Tereza Uille Gomes  
Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani  
Secretário de Estado da Fazenda

João Carlos Ortega  
Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano

Marcelo Simas do Amaral Catani  
Secretário de Estado da Comunicação Social

Dinorah Botto Portugal Nogara  
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Paulino Vapiana  
Secretário de Estado da Cultura

João Carlos Gomes  
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Amim José Hanpouche  
Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária

Antonio Caetano de Paula Júnior  
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Norberto Anacleto Ortigara  
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

José Richa Filho  
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

Michele Caputo Neto  
Secretário de Estado da Saúde

Paulo Afonso Schmidt  
Secretário de Estado da Educação

Leon Gruenmacher  
Secretário de Estado da Segurança Pública

Cassio Taniguchi  
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Horácio Montesquiu  
Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul

Diego Gurgacz  
Secretário de Estado do Esporte e do Turismo

Fernanda Bernardi Vieira Richa  
Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social



Deonilson Roldo  
Secretário Especial da Chefia de Gabinete do Governador

Clecy Maria Amador Cavet  
Secretária Especial para Assuntos Estratégicos

Ubirajara Schreiber  
Secretário Especial de Relações com a Comunidade

Carlos Eduardo de Moura  
Controlador-Geral do Estado

Ubirajara Ayres Gasparin  
Procurador-Geral do Estado

Gilberto Giacoia  
Procurador-Geral de Justiça

Josiane Fruet Bettini Lupion  
Defensora Pública-Geral do Estado

**ANEXO I - METAS FISCAIS****1. Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior**

A execução orçamentária do exercício de 2013 obedeceu aos critérios para liberação dos recursos, estabelecidos no Decreto nº 6956, de 16 de janeiro de 2013. No referido exercício deu-se continuidade ao processo de Programação Orçamentária, via Sistema e-COP, onde as unidades da administração direta, indireta, empresas dependentes e fundos, alimentaram seus pleitos trimestrais, dentro de tetos estabelecidos de acordo com as projeções da receita e as prioridades de governo. As liberações financeiras foram realizadas segundo as disponibilidades do Tesouro Geral do Estado, em decorrência do efetivo ingresso das Receitas.

No exercício financeiro de 2013 as Receitas não Financeiras, ou seja, as Receitas totais, excluídas as operações de crédito, as amortizações de empréstimo, as receitas de alienação de ativos e as Receitas provenientes de remuneração de depósitos bancários, tiveram um acréscimo de 3,12% em relação aos valores previstos na LDO/2013.

As Despesas não Financeiras, ou seja, as despesas totais do exercício, excluídas aquelas referentes a juros e amortização da dívida, tiveram um decréscimo de 2,71%.

Em decorrência das variações ocorridas entre o valor previsto na LDO e o resultado realizado nas Receitas não Financeiras e Despesas não Financeiras, a meta do Resultado Primário realizado no exercício, ficou acrescida em 155,94% (ver Tabela 1).

**Tabela 1 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS RELATIVAS A 2013**

em R\$ 1.000

Discriminação	Previsto LDO	Realizado	Variação %
Receitas não Financeiras (I)	30.934.379	31.898.477	3,12%
Despesas não Financeiras (II)	29.797.757	28.989.446	-2,71%
<b>Resultado Primário (I - II)</b>	<b>1.136.622</b>	<b>2.909.031</b>	<b>155,94%</b>

Fonte: SEFA

As Tabelas 2 e 3 a seguir resumem o desempenho das metas fiscais realizadas em 2011 a 2013 e reprogramadas para 2014:

**Tabela 2 – Metas Fiscais 2011-14 - Preços Correntes.**

em R\$ 1000

DISCRIMINAÇÃO	2011	2012	2013	2014 (1)
I. Resultado Primário Fixado na LDO	770.075	981.537	1.136.622	2.339.690
II. Resultado Primário Obtido	1.391.204	634.392	2.909.031	2.119.925
III. Resultado Obtido - Meta (II - I)	621.129	-347.145	1.772.409	-219.765
IV. Resultado Nominal Indicado na LDO	-402.153	671.371	700.243	986.004
V. Resultado Nominal Obtido (2)	-575.955	-1.655.317	2.131.034	-145.715
VI. Resultado Obtido - Indicado (V - IV)	-173.802	-2.326.688	1.430.791	-1.131.719

Fonte: SEFA

(1) Reprogramado

(2) O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal

**Tabela 3 – Metas Fiscais 2011-14 - Preços Constantes**

em R\$ 1000

DISCRIMINAÇÃO	2011	2012	2013	2014 (1)
I. Resultado Primário Fixado na LDO	919.326	1.100.255	1.203.796	2.339.690
II. Resultado Primário Obtido	1.660.838	711.123	3.080.955	2.119.925
III. Resultado Obtido - Meta (II - I)	741.512	-389.132	1.877.159	-219.765
IV. Resultado Nominal Indicado na LDO	-480.096	752.574	741.627	986.004
V. Resultado Nominal Obtido (2)	-687.583	-1.855.531	2.256.978	-145.715
VI. Resultado Obtido - Indicado (V - IV)	-207.487	-2.608.105	1.515.351	-1.131.719

Fonte: SEFA

(1) Reprogramado

(2) O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal

## 2. Demonstração das Metas Fiscais Anuais

A Tabela a seguir demonstra o cenário relativo aos principais indicadores econômicos utilizados na demonstração das metas fiscais para o período de 2011 a 2017.

**Tabela 4 - INDICADORES ECONÔMICOS PARA O PERÍODO DE 2011-2017**

VARIÁVEIS	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
PIB do Brasil (variação %)	2,70%	0,90%	2,28%	1,67%	2,00%	2,95%	3,00%
PIB do Paraná (variação %)	4,00%	0,90%	5,01%	4,00%	4,50%	4,50%	5,00%
Inflação (IPCA) (variação %)	6,50%	5,84%	5,91%	6,30%	5,89%	5,40%	5,25%
Taxa de Câmbio final do ano (R\$/US\$)	1,88	2,04	2,27	2,48	2,53	2,56	2,59

Fonte: IBGE, Banco Central, IPARDES/SEPL.

É importante destacar que a garantia de investimentos só será possível com o esforço em continuar a política fiscal assumida pelo Estado para os próximos exercícios, ou seja, de manter os superávits primários.

A previsão de superávits primários para o período de 2014 a 2017, na média de 1,18% do PIB do Paraná, supõe:

- o crescimento sustentável da economia do Estado;
- o incremento das Receitas não financeiras;
- a execução do programa de Ajuste Fiscal firmado com o Governo Federal;
- o controle sobre as Despesas de manutenção da administração estadual.

As Tabelas 5 e 6 apresentam, de forma resumida as metas fiscais para o período de 2014 a 2017, a preços correntes e constantes de 2014.

**Tabela 5 - METAS FISCAIS - 2014- 2017**

DISCRIMINAÇÃO	Preços correntes							
	2014		2015		2016		2017	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. RECEITA NÃO FINANCEIRA	37.938.510	11,90%	42.531.521	12,08%	46.493.263	11,98%	49.219.044	11,47%
II. DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	35.818.586	11,24%	38.403.450	10,91%	40.700.278	10,48%	43.138.683	10,05%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	2.119.925	0,66%	4.128.071	1,17%	5.792.985	1,49%	6.080.361	1,42%
IV. SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA	13.985.558	4,39%	14.232.296	4,04%	14.069.649	3,62%	13.448.846	3,13%
V. RESULTADO NOMINAL	-145.715	-0,05%	-246.739	-0,07%	-162.647	-0,04%	-620.803	-0,14%

Fonte: SEFA

Tabela 6 - METAS FISCAIS - 2014-2017

DISCRIMINAÇÃO	Preços constantes							
	2014		2015		2016		2017	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. RECEITA NÃO FINAN- CÊIRA	37.938.510	11,90%	39.856.516	11,32%	40.955.210	10,55%	41.076.477	9,57%
II. DESPESAS NÃO FI- NANCEIRAS	35.818.586	11,24%	35.988.079	10,22%	35.852.258	9,23%	36.002.022	8,39%
III. RESULTADO PRIMÁ- RIO	2.119.925	0,66%	3.868.438	1,10%	5.102.952	1,31%	5.074.455	1,18%
IV. SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA	13.985.558	4,39%	13.337.161	3,79%	12.393.740	3,19%	11.223.932	2,61%
V. RESULTADO NOMI- NAL	-145.715	-0,05%	231.220	0,07%	-143.274	-0,04%	-518.100	-0,12%

Fonte: SEFA

### 3. Evolução do Patrimônio Líquido

A Tabela a seguir, apresenta o Saldo Patrimonial Líquido apurado pelo Estado no período de 2011 a 2013. O Saldo Patrimonial expressa o resultado do confronto entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Tabela 7 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	2012	2013
ATIVO FINANCEIRO	1.425.059	2.933.659	2.098.971
ATIVO PERMANENTE	5.712.333	5.812.261	6.046.567
SOMA DO ATIVO REAL	7.137.392	8.745.920	8.145.537
PASSIVO FINANCEIRO	1.042.568	3.305.389	2.546.606
PASSIVO PERMANENTE	242.083	0	0
SOMA DO PASSIVO REAL	1.284.650	3.305.389	2.546.606
SALDO PATRIMONIAL	5.852.742	5.440.530	5.598.931

Fonte: SEFA

Na evolução do Patrimônio Líquido do período de 2011 para 2012 houve uma variação positiva de R\$ 165,7 milhões, produzindo Patrimônio Líquido positivo. De 2012 para 2013, houve variação positiva de R\$ 740,00 milhões, produzindo novo Patrimônio Líquido positivo. Considerando o período de 2011 a 2013, essa oscilação determinou variação total positiva da importância de R\$ 905,7 milhões, que, como consequência favorável, apresentou Saldo Patrimonial credor, representativo do Patrimônio Líquido do Estado.

Com relação à alienação de bens pertencentes aos ativos permanentes das entidades da administração direta e da administração indireta, o Estado do Paraná em 2013 obteve recursos oriundos de Bens Móveis, no valor de R\$ 2.283,4 mil, fonte 108 e R\$ 1.320,4 mil, fonte 250. A aplicação para 2013 teve sua programação realizada por conta dos projetos e atividades orçamentárias, segundo as fontes de recursos de origem, aprovados pela LOA n° 17.398, de 18 de dezembro de 2012.



#### 4. Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná

Os resultados da Avaliação Atuarial do RPPS do Estado do Paraná são apresentados na Nota Técnica NT/ATUÁRIA nº 022/2014 e levam em consideração a reestruturação dos Fundos Previdenciários do Estado do Paraná estabelecidos pela Lei nº 17.435, de 21 de dezembro de 2012. Os resultados dimensionam os compromissos com benefícios previdenciários dos Fundos, em específico verificar o equilíbrio financeiro e atuarial do FUNDO DE PREVIDÊNCIA, integrante do Plano Previdenciário, que tem finalidade de acumulação de recursos necessários para o pagamento dos compromissos do Plano.

Os cálculos elaborados levam em consideração os parâmetros atuariais mínimos e máximos estabelecidos pela Portaria MPS nº 403/2008 e demais orientações legislativas sobre a matéria, em especial a Constituição Federal e a Lei Federal nº 9.717, de 1998.

Os resultados obtidos referem-se à data-base de dezembro de 2013, contemplam os servidores ativos e inativos e pensionistas, segregados conforme critérios estabelecidos pela reestruturação dos Fundos Previdenciários. A base cadastral possui qualidade e indica consistência dos dados e dos resultados apresentados.

Os segurados ativos, aposentados e pensionistas são segregados nos Fundos Previdenciários constituídos pela Lei nº 17.435, de 2012, FUNDO DE PREVIDÊNCIA, FUNDO FINANCEIRO e FUNDO MILITAR, descritos a seguir.

1. FUNDO DE PREVIDÊNCIA - FP: servidores ativos que ingressaram ou venham a ingressar no serviço público estadual posteriormente a 31/12/2003, data da publicação da Emenda Constitucional nº 41, e inativos e pensionistas que em 21/12/2012, data da publicação da Lei nº 17.435, de 2012, eram segurados do FUNDO DE PREVIDÊNCIA.

Com base na legislação citada, no cadastro de segurados e nos parâmetros atuariais utilizados, foram obtidos os seguintes valores representativos da situação atuarial do FUNDO DE PREVIDÊNCIA:

##### BALANÇO ATUARIAL DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA

Item	Valores (R\$)
Total de Encargos (1)	49.500.062.833,66
Total de Receitas (2)	41.817.578.616,83
Reserva Matemática (3)=(1)-(2)	7.682.484.216,83
Ativos Financeiros (4)	7.327.384.608,59
Parcelamento de Débitos Previdenciários (5)	593.248.545,69
Total de Ativos (6)=(4)-(5)	7.920.633.154,28
Resultado Atuarial (7)=(6)-(3)	238.148.937,45

Conforme critérios estabelecidos em Lei, o FUNDO DE PREVIDÊNCIA promove a cobertura a 77.841 servidores ativos e a 13.763 inativos e pensionistas, o que gera um total de 91.604 segurados.

Conforme prevê a Lei nº 17.435, de 2012, este Fundo é financiado pelo regime de capitalização e os valores expressos levam em consideração a taxa de desconto atuarial de 5,50% ao ano, estabelecida como meta atuarial neste exercício.

O valor presente do total das obrigações do FUNDO DE PREVIDÊNCIA é de R\$ 49,5 bilhões e o valor presente do total das receitas previstas, com base no plano de custeio, é de R\$ 41,8 bilhões, o que resulta em uma Reserva Matemática projetada de R\$ 7,7 bilhões.

O total de recursos financeiros já capitalizados e segregados para composição do FUNDO DE PREVIDÊNCIA é de R\$ 7,9 bilhões. O resultado técnico da Avaliação Atuarial apresenta Equilíbrio Técnico do Plano Previdenciário reestruturado, com superávit na ordem de R\$ 238 milhões. Este equilíbrio atuarial decorre de todo o plano contributivo ao Fundo e pelo sistema projetado de custeio Adicional e Suplementar a encargo do Estado.

2. FUNDO FINANCEIRO - FF: servidores ativos que ingressaram no serviço público estadual anteriormente a 31/12/2003, data da publicação da Emenda Constitucional nº 41, e inativos e pensionistas que em 21/12/2012, data da publicação da Lei nº 17.435, de 2012, eram segurados do FUNDO FINANCEIRO.

#### BALANÇO ATUARIAL DO FUNDO FINANCEIRO

Item	Valores (R\$)
Total de Encargos (1)	202.253.623.345,56
Total de Receitas (2)	16.307.455.217,02
Insuficiência Financeira (3)=(1)-(2)	185.946.168.128,54

O FUNDO FINANCEIRO possui 135.830 segurados, sendo 60.769 ativos e 75.061 inativos e pensionistas. Os custos totais dos compromissos deste Fundo, ao longo do tempo, por ser financiado por repartição simples e conforme orientação da MPS - Ministério da Previdência Social são avaliados sem considerar a taxa de desconto atuarial e possuem o valor presente de R\$ 202,3 bilhões, que comparando-se com o total das receitas contributivas previstas de R\$ 16,3 bilhões, resulta em uma Insuficiência Financeira de R\$ 185,9 bilhões.

Pelo mecanismo de financiamento deste Fundo, tais valores representam o total de aportes futuros necessários, que o Tesouro Estadual deverá fazer ao longo do tempo, para complementação da folha de benefícios dos segurados deste Fundo.

3. FUNDO MILITAR - FM: todos os militares do Estado e seus dependentes.



Côm base na legislação citada, no cadastro de segurados e nos parâmetros atuariais utilizados, foram obtidos os seguintes valores representativos da situação atuarial do FUNDO MILITAR:



**BALANÇO ATUARIAL DO FUNDO MILITAR.**

Item	Valores (R\$)
Total de Encargos (1)	141.895.540.832,45
Total de Receitas (2)	27.142.180.447,50
Insuficiência Financeira (3) = (1)-(2)	114.753.360.384,95

São segurados deste Fundo 37.055 militares do Estado, sendo 19.643 ativos e 17.412 inativos e pensionistas. Os compromissos do Fundo Militar, também são avaliados sem considerar taxa atuarial e possuem o valor presente de R\$ 141,9 bilhões, que deduzindo-se do total das receitas contributivas previstas de R\$ 27,1 bilhões, resulta em uma Insuficiência Financeira de R\$ 114,8 bilhões.

O FUNDO MILITAR também é financiado por repartição simples, e os valores representam os aportes necessários para complementação da folha de benefícios dos segurados do Fundo ao longo do tempo.

**COMENTÁRIOS FINAIS**

De certa forma, projeções e Avaliações Atuariais na Previdência Funcional, pela própria natureza dos elementos que compõem as hipóteses atuarias, caracterizam-se como uma projeção futura extremamente sensível, mesmo amparada por técnicas atuariais sustentáveis. No entanto, estas projeções possibilitam o dimensionamento dos compromissos previdenciários da Entidade e indicam os procedimentos necessários ao custeio destas obrigações.

Re salta-se que o conceito de solvência desenvolvido e constante na Lei nº 17.435, é o acompanhamento da aderência das hipóteses atuarias, constituem-se como aspectos fundamentais na elaboração deste plano de capitalização reestruturado e, por isso mesmo, devem ser alvo de contínuo acompanhamento e validação.

Por último, ressalta-se que a PARANAPREVIDÊNCIA, como único órgão gestor da previdência do Estado do Paraná, constitui-se como a Entidade competente para a gestão dos Fundos Previdenciários constituídos pela reestruturação da previdência social do Estado.

**Projeção de Encargos Sociais do Estado com Aposentados e Pensionistas**

As projeções detalhadas a seguir levam em consideração todas as premissas atuarias utilizadas na Avaliação Atuarial do RPPS do Estado do Paraná, com data-base de 31/12/2013 - Nota Técnica NT/ATUÁRIA nº 022/2014.

Os valores projetados de aposentadorias e pensões correspondem à folha de benefícios vinculados ao FUNDO FINANCEIRO, de responsabilidade de cada Poder do Estado e, no caso do Poder Executivo, ainda a folha de benefícios do FUNDO MILITAR.

A contribuição adicional ao FUNDO DE PREVIDÊNCIA, corresponde à alíquota adicional de 8,5% incidente sobre aposentadorias e pensões pagas pelo FUNDO DE PREVIDÊNCIA, §1º do art. 18 da Lei nº 17.435, de 2012.

Destaca-se ainda, que não há previsão de folhas de benefícios aos servidores vinculados à Defensoria Pública pelo período projetado.



PODER EXECUTIVO:

Valores (R\$)

Ano	Aposentadorias	Pensões	Contribuição Adicional ao FP	Total
2014	3.824.006.175,82	1.156.744.580,77	71.542.874,45	5.052.293.631,03
2015	4.035.079.171,52	1.179.153.961,44	73.127.972,11	5.287.361.105,07
2016	4.248.416.734,92	1.201.411.230,63	74.953.603,76	5.524.781.569,32
2017	4.511.108.060,75	1.223.425.163,23	76.941.228,36	5.811.474.452,35

TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

Valores (R\$)

Ano	Aposentadorias	Pensões	Contribuição Adicional ao FP	Total
2014	251.047.957,09	135.606.663,79	4.128.391,21	390.783.012,09
2015	266.795.954,69	139.838.721,67	4.219.859,48	410.854.535,85
2016	282.009.319,80	144.077.790,32	4.325.207,81	430.412.318,12
2017	300.644.101,64	148.308.092,63	4.439.903,95	453.392.098,23

MINISTÉRIO PÚBLICO:

Valores (R\$)

Ano	Aposentadorias	Pensões	Contribuição Adicional ao FP	Total
2014	68.346.610,68	33.496.182,64	1.418.592,08	103.261.385,40
2015	77.269.029,73	34.541.542,65	1.450.022,28	113.260.594,66
2016	85.986.486,02	35.588.634,44	1.486.221,93	123.061.342,39
2017	96.330.182,48	36.633.360,76	1.525.633,66	134.489.376,91

TRIBUNAL DE CONTAS:

Valores (R\$)

Ano	Aposentadorias	Pensões	Contribuição Adicional ao FP	Total
2014	73.887.911,38	24.327.858,07	1.646.487,04	99.862.256,49
2015	77.197.545,00	25.087.089,96	1.682.966,46	103.967.601,42
2016	80.366.813,87	25.847.579,62	1.724.981,53	107.939.375,02

2017	84.344.414,31	26.606.496,52	1.770.724,70	112.721.635,53
------	---------------	---------------	--------------	----------------

Górnula



#### ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

				Valores (R\$)
Ano	Aposentadorias	Penções	Contribuição Adicional ao FP	Total
2014	55.625.391,26	21.385.469,20	151.768,46	77.162.628,93
2015	55.754.560,98	22.052.874,04	155.131,03	77.962.566,06
2016	55.808.340,39	22.721.384,52	159.003,86	78.688.728,78
2017	56.116.543,78	23.388.512,47	163.220,34	79.668.276,59

#### 5. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

A Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), estabeleceu o Demonstrativo de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, entendidas essas como aumento permanente de Receita ou Redução de outra Despesa de Caráter Continuado.

São consideradas despesas obrigatórias de caráter continuado, as despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem, para o ente público, a obrigação legal de sua execução por um período superior a dos exercícios (art. 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

Estas despesas, por apresentarem caráter de acréscimo permanente, somente podem ser financiadas por acréscimos permanentes de arrecadação.

A Tabela a seguir apresenta a margem de expansão para o exercício de 2015.

Tabela 11 - SALDO DA MARGEM DE EXPANSÃO - 2015

Recursos do Tesouro de Outras Fontes

Em R\$.1.000

DISCRIMINAÇÃO	2015
1: Arrecadação de Tributos e Contribuições	3.073.930
2: Transferências Constitucionais e Legais da Rec. Tribut.	742.949
3: Saldo (1 - 2)	2.330.981
4: Despesas Comprometidas:	2.330.981
Pessoal Executivo Exc. Ensino, Saúde e CT	716.984
Vinculação Ensino	937.339
Vinculação Saúde	374.936
Vinculação Ciência e Tecnologia	38.463
Vinculação para Outros Poderes	100.118

Transporte Coletivo	50.000
Súmula	38.103
Contrapartida de Programas financiados	1.000
Participação de implantação do Metrô	64.798
Precatórios	9.241
PASEP (Excluído das vinculações)	
<b>5. Margem de Expansão</b>	<b>0</b>



## **ANEXO II - RISCOS FISCAIS**

O § 3º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, prevê que a Lei de Diretrizes deve conter o Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências, caso se concretize.

O presente Anexo elenca os riscos fiscais e passivos contingentes que possam afetar as contas públicas do Paraná no período a que se refere a LDO 2014.

### **RISCOS FISCAIS NA RECEITA**

#### **ICMS**

##### **Simples Nacional**

Está em vias de aprovação no Senado o PLS 323/2010 que restringe substancialmente a aplicação do regime de Substituição Tributária de ICMS (ST) e a antecipação do recolhimento do imposto para as empresas optantes do Simples Nacional. Há também o PLP 221/2012 (apensado ao PLP 237/2012) que altera o Simples.

A impossibilidade de aplicação da sistemática da ST provocará significativa redução na arrecadação porque na ST aplica-se a alíquota interna de ICMS do Estado para o respectivo produto, que é mais elevada do que a carga tributária de ICMS no Simples Nacional (LC nº 123, de 2006), que por sua vez não é aplicada integralmente pelo Estado do Paraná onde 80% das microempresas estão na faixa de isenção e as demais estão em faixas com redução na base de cálculo. Assim com o fim da ST, a maioria dos contribuintes paranaenses optantes no Simples Nacional não recolherão nada de ICMS.

Há que se considerar, ainda, que a impossibilidade de aplicação da ST dificultará enormemente a fiscalização e o controle, portanto a eficiência da administração tributária, sendo fator adicional de redução na arrecadação. Um dos maiores problemas em se pensar na extinção da ST para o ICMS está no atual quadro de pouca informação das operações realizadas no varejo. A retenção na fonte e a antecipação da cobrança do ICMS nas entradas dos Estados são utilizadas para garantir um controle mínimo, diminuindo a sonegação e a concorrência desleal.

A percepção da Frente Parlamentar da MPE é de que a ST é danosa à arrecadação por não permitir a apuração exata do imposto devido no momento da comercialização ou prestação do serviço. A visão da administração tributária, por sua vez, é de que o custo da fiscalização de um mercado ultra-pulverizado e de produtos padronizados e com poucos produtores é muito maior do que o incremento de arrecadação decorrente do valor definido em MVA (margens de valor agregado).



A impossibilidade de aplicar o regime de ST a um grande universo de produtos e serviços destinados aos optantes do Simples Nacional pode reduzir a arrecadação de ICMS do Paraná entre 1 bilhão e R\$ 1,4 bilhão por ano (SEFA/CRE/IGF, versão de 10/03/2014), conforme estimativa que inclui os produtos e serviços sujeitos à ST em 2013, bem como os produtos que passam a integrar o regime a partir de 2014.



#### Projeto de Lei do Senado nº 386/2012 - Complementar

O Projeto altera e amplia a lista de serviços do ISS, alcançando novas tecnologias que, no entender dos estados, integram o campo de incidência do ICMS, principalmente nos serviços de comunicação, podendo agravar os conflitos competência tributária já existentes entre Estados e Municípios. A inclusão na lista de serviços da LC nº 116, de 2003 de atividades atualmente já tributadas pelos Estados por meio do ICMS gerará prejuízos financeiros aos estados, que já estão enfrentando decisões judiciais sobre a não incidência do ICMS em determinados serviços que compõe a prestação de serviço de comunicação, esvaziando esta que é uma das mais importantes bases tributárias do ICMS.

#### Reforma do ICMS

Para 2014 não se vislumbra a possibilidade de aprovação da reforma do ICMS, mas o assunto deve ser retomado a partir de 2015, na próxima gestão de governo.

O principal eixo da proposta consiste na redução das alíquotas interestaduais, na tentativa de estancar a guerra fiscal entre os estados na atração de empreendimentos. Muitos estados que desejam continuar utilizando o ICMS como instrumento de política econômica resistem a apoiar a reforma, mesmo que esta inclua: a "convalidação" dos incentivos fiscais inconstitucionais já concedidos; a criação de Fundo de Compensação de perdas de ICMS com a redução das alíquotas interestaduais; e a criação de Fundo de Desenvolvimento Regional para substituir guerra fiscal no ICMS.

Apesar da resistência de muitos estados, o tema da reforma do ICMS é recorrente. Assim, o deslocamento parcial da tributação da origem para o destino provocaria impacto no estado do Paraná nos primeiros anos da transição, tendo em vista que as alíquotas interestaduais dos estados do Sul e Sudeste (exceto Espírito Santo) caem em ritmo mais acelerado do que as do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo. A perda é de 1% a 2% do ICMS total, com base em cálculo realizado com dados de 2011 pelo GT44-A Especial Alíquotas Interestaduais do Confaz. Parte da perda seria compensada com o Fundo de Compensação, todavia este tem um teto, de modo que não haverá ressarcimento integral por parte da União. Após a transição, estima-se que a alteração das alíquotas tem efeito neutro para o ICMS do Paraná.

#### Transferências Federais

Um risco fiscal está associado à possibilidade de que não se confirme a previsão de arrecadação para IPI e IR, e em consequência a previsão de transferências federais baseadas nestes tributos, principalmente para 2014 (a previsão para 2015 a 2017 ainda pode ser revista por ocasião da elaboração das respectivas LOA's).

Súmula Trata-se do risco de não concretização dos parâmetros utilizados na projeção. Anota-se que foi elaborada uma previsão cautelosa. Não foi adotada a previsão da STN para 2014 e a constante da LOA União para 2014, por terem sido consideradas superestimadas, mas ainda assim há risco de que os parâmetros macroeconômicos adotados e que seguem, não se realizem, como no caso do crescimento de IPI de 2% e de IR de 1% para 2014 a 2017 (além do crescimento real do PIB Brasil e do IPCA), a título de alterações legislativa vinculadas à redução gradativa das despesas tributárias adicionais concedidas pela União desde 2009.



Parâmetros	2013 (realizado)	2014	2015	2016	2017
Crescimento real para PIB Brasil	2,3%	2,0%	2,5%	3,0%	3,0%
Variação IPCA	5,91%	6,0%	5,7%	5,0%	5,0%
Efeito alterações na legislação IPI		2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
Efeito alterações legislação IR		1,0%	1,0%	1,0%	1,0%

Quanto à alteração da LC nº 62, de 1989 (critério de partilha do FPE), a questão foi pacificada com a edição da LC nº 143, de 2013, que alterou o critério de partilha do Fundo, em virtude da declaração do STF de fev/2010 de inconstitucionalidade dos coeficientes (congelados) de participação dos Estados.

Após longa e exaustiva jornada, foi possível evitar perdas acentuadas no coeficiente de participação do estado do Paraná, *vis-a-vis* o contido no primeiro relatório do relator Senador Walter Pinheiro e nas diversas propostas que tramitaram no Congresso Nacional.

Embora se vislumbre perdas para o estado do Paraná, a LC nº 143, de 2013 prevê um longo período de transição, que permite assimilar o impacto. Os coeficientes antigos da LC nº 62, de 1989 serão aplicados até dez/2015 (o do Paraná é de 2,8832%) e a partir de jan/2016 haverá uma transição, mediante a qual é garantido o valor distribuído no correspondente decêndio de 2015, corrigido pela variação acumulada do IPCA e pelo equivalente a 75% da variação real do PIB do ano anterior. Apenas sobre o valor remanescente (se houver) a distribuição será consoante o novo critério de partilha, sendo que o coeficiente do Paraná foi estimado em 2,72%, com dados de 2010. Os novos coeficientes serão recalculados anualmente, mas adotou-se o de 2,72% até 2017 por indisponibilidade de elementos mais recentes.

Outro risco fiscal é vinculado às transferências de natureza compensatória (Lei Kandir e Auxílio Financeiro aos Estados Exportadores). A fragilidade destas transferências reside na ausência de regulamentação do art. 91 da ADCT da Constituição Federal. Não obstante, em relação à Lei Kandir, os estados estão conseguindo incluir na LOA anual da União R\$ 1,95 bilhão anual. Quanto ao Auxílio Financeiro aos Estados Exportadores o risco fiscal é maior, pois além da inclusão na LOA União, há um grande desgaste para os estados convencerem a União a enviar ao congresso Medida Provisória para viabilizar os repasses. O valor da LOA União de 2013 foi repassado apenas em jan/2014, conforme MP 629/2013. Caso o mesmo procedimento seja adotado pela União em relação ao valor que integra a LOA de 2014, R\$ 81.152.955 não serão transferidos ao Estado do Paraná dentro do próprio exercício de 2014.

### Operações de crédito

O Risco fiscal reside na hipótese da União continuar dificultando a concretizarem das operações de crédito previstas, como no caso das operações vinculadas ao Programa de

Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal (Proinveste), de R\$ 816,8 milhões, para investimentos em infraestrutura e para a segurança pública.

Até o momento a STN continua dificultando a autorizar a prestação de garantias para a liberação do empréstimo, apesar da liminar do STF (Ministro Marco Aurélio Mello), concedida em ação impetrada pelo governo do Paraná.



## **Despesa**

### **Precatórios**

Outro evento que poderá afetar o equilíbrio das contas públicas refere-se à decisão do Supremo Tribunal Federal – STF quanto à declaração de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 62, de 2009, que institui o regime especial para pagamento dos precatórios em prazo de até quinze anos.

A Emenda Constitucional nº 62, de 2009 estabeleceu que o Estado pode quitar seu estoque de precatórios no prazo máximo de 15 anos ou pela fixação de um percentual de sua receita. O Estado do Paraná optou pela vinculação de recursos equivalentes a 2% da receita corrente líquida a partir de 2010, mediante depósito mensal em conta especial administrada pelo Tribunal de Justiça do Estado. Os depósitos atingiram o montante de R\$ 413 milhões em 2012 e R\$ 507 milhões em 2013, para quitação dos precatórios na ordem cronológica e demais condições estabelecidas.

Até o momento o STF não modulou os efeitos da decisão, por exemplo, se o efeito for retroativo (*ex tunc*) sem algum tipo de moratória, o fluxo de pagamento é impraticável.

### **Passivos Contingentes**

É considerado Risco Fiscal a Ação nº 0010502-72.2013.4.02.5101, que tramita na 9ª Vara Cível da Justiça Federal do Rio de Janeiro, do BNDES contra o BADEP e o Estado do Paraná com impacto significativo sobre a sua capacidade de endividamento junto ao Programa de Ajuste Fiscal – PAF, atualmente o Limite de Endividamento está quase todo comprometido com os novos Programas de Governo.



## ANEXO III - AJUSTES NOS INDICADORES DO PLANO PLURIANUAL 2012-2015

De:

Programa 08 - Excelência no Ensino Superior - SETI

Indicadores

Indicadores	Unidade	Data	Indicador		Plano 2015
			2012	2015	
Disertações defendidas e aprovadas nos Programas de Pós-Graduação Fonte: CAPES	Unidade	30/12/2009	2.825,00	3.500,00	
Índice com Índice Geral de Cursos - IGC 3 Fonte: MEC	%	22/12/2009	14,08	20,00	
Programas de Pós-Graduação com Conceitos 6 e 7 Fonte: CAPES	%	30/12/2009	2,40	12,80	
Publicações B1 de Pesquisadores Paranaenses Fonte: CAPES	Unidade	30/12/2009	1.402,00	1.800,00	
Publicações B2 de Pesquisadores Paranaenses Fonte: CAPES	Unidade	30/12/2009	1.348,00	1.800,00	
Teses de Doutorado defendidas e aprovadas nos Programas de Pós-Graduação Fonte: CAPES	Unidade	30/12/2009	413,00	800,00	

Para:

Programa 08 - Excelência no Ensino Superior - SETI

Indicadores

Indicadores	Unidade	Data	Indicador		Plano 2015
			2012	2015	
Disertações defendidas e aprovadas nos Programas de Pós-Graduação Fonte: CAPES	Unidade	30/12/2009	2.825,00	3.500,00	Período de aplicação do plano para 2015. A aplicação é realizada a cada três anos, não sendo interrompida neste intervalo.
Índice com Índice Geral de Cursos - IGC 3 Fonte: MEC	%	22/12/2009	14,08	14,28	Período de aplicação do plano para 2015. A aplicação é realizada a cada três anos, não sendo interrompida neste intervalo.
Programas de Pós-Graduação com Conceitos 6 e 7 Fonte: CAPES	%	30/12/2009	2,40	12,80	Período de aplicação do plano para 2015. A aplicação é realizada a cada três anos, não sendo interrompida neste intervalo.
Publicações B1 de Pesquisadores Paranaenses Fonte: CAPES	Unidade	30/12/2009	1.402,00	1.800,00	Período de aplicação do plano para 2015. A aplicação é realizada a cada três anos, não sendo interrompida neste intervalo.
Publicações B2 de Pesquisadores Paranaenses Fonte: CAPES	Unidade	30/12/2009	1.348,00	1.800,00	Período de aplicação do plano para 2015. A aplicação é realizada a cada três anos, não sendo interrompida neste intervalo.
Teses de Doutorado defendidas e aprovadas nos Programas de Pós-Graduação Fonte: CAPES	Unidade	30/12/2009	413,00	800,00	Período de aplicação do plano para 2015. A aplicação é realizada a cada três anos, não sendo interrompida neste intervalo.

Programa 17 - Proteção e Desenvolvimento Social - SEDS

Indicadores

Designação e Fonte	Unidade de Medida	Referência		Índice 2015
		2014	2015	
Municípios com CONSEA em funcionamento Fonte: CONSEAPP	quantidade	1/01/2015	32,00	100,00

Para:

Programa 18 - Trabalho, Emprego e Empreendedorismo Solidário - SETS

Indicadores

Designação e Fonte	Unidade de Medida	Referência		Índice 2015	Atuação	Justificativa
		2014	2015			
Municípios com CONSEA em funcionamento Fonte: CONSEAPP	quantidade	1/01/2015	32,00	100,00	Atuação do Programa	Com as mudanças ocorridas nos municípios da SEDS, indicado em questão se trata de Programa de responsabilidade da SETS.

De:

Programa 18 - Saúde para todo Paraná - SE SA

Indicadores

Designação e Fonte	Unidade de Medida	Referência		Índice 2015
		2014	2015	
Taxa de Mortalidade Materna Fonte: SIM e SINASC	taxa	5/02/2011	60,31	67,05
Taxa de Mortalidade Infantil Fonte: SIM e SINASC	taxa	7/02/2011	12,06	10,28
Taxa de Mortalidade Infantil Neonatal Fonte: SIM e SINASC	taxa	5/02/2011	8,80	7,88
Taxa de Mortalidade Infantil Pós-neonatal Fonte: SIM e SINASC	taxa	5/02/2011	3,26	2,93
Taxa de Mortalidade por Causas Externas, Exceção Violência Fonte: Sistema de Mortalidade (SIM)	coeficiente	5/02/2011	48,03	48,64
Taxa de Mortalidade por Doenças Cardio e Cerebrovasculares na Faixa Etária de 0 a 69 anos Fonte: Sistema de Mortalidade (SIM)	coeficiente	5/02/2011	70,79	75,64

Para:

Programa 18 - Saúde para todo Paraná - SE SA

Indicadores

Designação e Fonte	Unidade de Medida	Referência	2014	2015	Índice 2015	Atuação	Justificativa
Taxa de Mortalidade Materna Fonte: SIM e SINASC	taxa	5/02/2011	60,31	67,05	111,18	Atuação do Programa	O índice apresenta o aumento da taxa de mortalidade materna em 2015 em relação a 2014, sendo que o índice de mortalidade materna em 2014 foi de 60,31 e em 2015 foi de 67,05. O aumento da taxa de mortalidade materna em 2015 em relação a 2014 pode ser explicado pelo aumento da taxa de mortalidade materna em 2015 em relação a 2014, sendo que o índice de mortalidade materna em 2014 foi de 60,31 e em 2015 foi de 67,05.
Taxa de Mortalidade Infantil Fonte: SIM e SINASC	taxa	7/02/2011	12,06	10,28	85,24	Atuação do Programa	O índice apresenta o aumento da taxa de mortalidade infantil em 2015 em relação a 2014, sendo que o índice de mortalidade infantil em 2014 foi de 12,06 e em 2015 foi de 10,28. O aumento da taxa de mortalidade infantil em 2015 em relação a 2014 pode ser explicado pelo aumento da taxa de mortalidade infantil em 2015 em relação a 2014, sendo que o índice de mortalidade infantil em 2014 foi de 12,06 e em 2015 foi de 10,28.
Taxa de Mortalidade Infantil Neonatal Fonte: SIM e SINASC	taxa	5/02/2011	8,80	7,88	89,55	Atuação do Programa	O índice apresenta o aumento da taxa de mortalidade infantil neonatal em 2015 em relação a 2014, sendo que o índice de mortalidade infantil neonatal em 2014 foi de 8,80 e em 2015 foi de 7,88. O aumento da taxa de mortalidade infantil neonatal em 2015 em relação a 2014 pode ser explicado pelo aumento da taxa de mortalidade infantil neonatal em 2015 em relação a 2014, sendo que o índice de mortalidade infantil neonatal em 2014 foi de 8,80 e em 2015 foi de 7,88.
Taxa de Mortalidade Infantil Pós-neonatal Fonte: SIM e SINASC	taxa	5/02/2011	3,26	2,93	90,19	Atuação do Programa	O índice apresenta o aumento da taxa de mortalidade infantil pós-neonatal em 2015 em relação a 2014, sendo que o índice de mortalidade infantil pós-neonatal em 2014 foi de 3,26 e em 2015 foi de 2,93. O aumento da taxa de mortalidade infantil pós-neonatal em 2015 em relação a 2014 pode ser explicado pelo aumento da taxa de mortalidade infantil pós-neonatal em 2015 em relação a 2014, sendo que o índice de mortalidade infantil pós-neonatal em 2014 foi de 3,26 e em 2015 foi de 2,93.
Taxa de Mortalidade por Causas Externas, Exceção Violência Fonte: Sistema de Mortalidade (SIM)	coeficiente	5/02/2011	48,03	48,64	101,27	Atuação do Programa	O índice apresenta o aumento da taxa de mortalidade por causas externas, exceção violência em 2015 em relação a 2014, sendo que o índice de mortalidade por causas externas, exceção violência em 2014 foi de 48,03 e em 2015 foi de 48,64. O aumento da taxa de mortalidade por causas externas, exceção violência em 2015 em relação a 2014 pode ser explicado pelo aumento da taxa de mortalidade por causas externas, exceção violência em 2015 em relação a 2014, sendo que o índice de mortalidade por causas externas, exceção violência em 2014 foi de 48,03 e em 2015 foi de 48,64.
Taxa de Mortalidade por Doenças Cardio e Cerebrovasculares na Faixa Etária de 0 a 69 anos Fonte: Sistema de Mortalidade (SIM)	coeficiente	5/02/2011	70,79	75,64	106,85	Atuação do Programa	O índice apresenta o aumento da taxa de mortalidade por doenças cardiovasculares na faixa etária de 0 a 69 anos em 2015 em relação a 2014, sendo que o índice de mortalidade por doenças cardiovasculares na faixa etária de 0 a 69 anos em 2014 foi de 70,79 e em 2015 foi de 75,64. O aumento da taxa de mortalidade por doenças cardiovasculares na faixa etária de 0 a 69 anos em 2015 em relação a 2014 pode ser explicado pelo aumento da taxa de mortalidade por doenças cardiovasculares na faixa etária de 0 a 69 anos em 2015 em relação a 2014, sendo que o índice de mortalidade por doenças cardiovasculares na faixa etária de 0 a 69 anos em 2014 foi de 70,79 e em 2015 foi de 75,64.

## -Programa 84 – Deșeurile dintr-un Rămășișă de Alimente și Abordarea

4794 | *Antatricha fuscica*'s Extinction Risk

Örnek 2.1.1.  $\mathbb{R}$  ve  $\mathbb{C}$  SE AB NÖRTE 2.

Adelphi

Distribuição de Recursos - 2010											Estado	Total
Unidade e Município	Contas Dormental	Contas Gerais	Contas Sul	Médico de Colônia	Receita Sul	Fundo Central	Sistema Plano	Contas	Sistema	Sistema		
Unidade	78.152	50.184	137.632	40.540	136.052	250.828	62.824	236.032	19.432	137.694	0	1.405.598

[illegible]

Paras

4256 | Análisis Técnico e Externos Rurales

Örtliche und der SE AÜ ENATEUR

Nome	região preservada
------	-------------------

[illegible]<sup>a</sup> Polymers prepared by the

Atividade	Quantidade por Município
2	Na elaboração do PIA, foi considerada incertamente a quantidade prevista de 365.422 por ano, que resultou no total previsto de 1.465.688 ações realizadas até 2015. No entanto, a quantidade prevista anual na realidade deu-se por 31.605, que resultou em 365.422 ações para os quatro estados, a que não ocorreu por erro de preenchimento. O ajuste na quantidade prevista para o mês "Ação realizada" para 140.000 ações incorpore a evolução do número de público para os serviços de assistência técnica e extensão rural, resultante dos benefícios trazidos pelos Programas do Governo.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Fl. 124  
SGP

## Projeto de Lei nº 182/2014 (Autoria do Poder Executivo)

Dispõe sobre as diretrizes para a Elaboração e Execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2015.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 133 da Constituição do Estado do Paraná e na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2015, compreendendo:

- I - as prioridades da Administração Pública Estadual;
- II - a projeção e a apresentação da receita para o exercício;
- III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;
- IV - a estrutura e organização dos orçamentos;
- V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;
- VI - os ajustamentos do Plano Plurianual;
- VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- VIII - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;
- IX - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;
- X - as disposições transitórias e
- XI - as demais disposições.



**CAPÍTULO I**  
**DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL**

Art. 2º As metas e prioridades da Administração Pública Estadual, para o exercício de 2015, são as estabelecidas na Lei do Plano Plurianual, relativo ao período de 2012 a 2015, desdobradas em ações dos programas a seguir discriminados:

- Programa Acesso à Justiça;
- Programa Desenvolvimento das Cidades;
- Programa Desenvolvimento Integrado da Cidadania/PDI-CIDADANIA;
- Programa Desenvolvimento Sustentável e Abastecimento;
- Programa Desenvolvimento Sustentável do Turismo;
- Programa Educação para Todos;
- Programa Energia;
- Programa Excelência no Ensino Superior;
- Programa Inova Educação;
- Programa Morar Bem Paraná;
- Programa Paraná Competitivo;
- Programa Paraná Inovador;
- Programa Paraná Seguro;
- Programa Paraná Sustentável;
- Programa Paraná Tem Cultura;
- Programa Paraná Esporte, Lazer e Atividade Física;
- Programa Proteção e Desenvolvimento Social;



Programa Rede Paraná Multimodal de Transportes e Logística;  
Programa Saúde para Todo Paraná;  
Programa Trabalho, Emprego e Empreendimentos Solidários;  
Programa Universalização do Saneamento Básico;  
Programa Gestão Estratégica;  
Programa Gestão Administrativa;  
Programa Gestão de Serviços;  
Programa Gestão Institucional - Outros Poderes e Ministério Público;  
Programa Obrigações Especiais.

Art. 3º No Projeto de Lei Orçamentária Anual, a destinação dos recursos relativos a programas sociais, definidos no Plano Plurianual, conferirá prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

## CAPÍTULO II DA PROJEÇÃO E DA APRESENTAÇÃO DA RECEITA PARA O EXERCÍCIO

Art. 4º A Receita de Recolhimento Centralizado, para o exercício de 2015, será apresentada no seu demonstrativo, com a previsão de 100% (cem por cento) do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, resultando em uma Receita Total Líquida do Estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria Conjunta SOF/STN nº 01, de 30 de junho 2009.





**Parágrafo único.** Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Receita de Recolhimento Centralizado o Grupo de receita dedutível correspondente à parcela a ser transferida por interferência financeira para complementação dos recursos destinados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná.

**Art. 5º** As Receitas de Recolhimento Centralizado do Tesouro Estadual e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta do exercício de 2015, estão estimadas no valor aproximado de R\$ 39.795.157.954,00 (trinta e nove bilhões, setecentos e noventa e cinco milhões, cento e cinquenta e sete mil, novecentos e cinquenta e quatro reais).

**Art. 6º** As receitas previstas no artigo anterior e consequentemente as despesas fixadas com o respectivo valor, serão atualizadas por ocasião da elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2015, desde que sejam verificadas alterações nos índices de atualização de preços que justifiquem uma reavaliação da previsão da receita.

**Parágrafo único.** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à atualização dos valores constantes do Orçamento Geral do Estado de 2015, estabelecidos a preços de 30 de junho de 2014, antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2014.

### **CAPÍTULO III DOS CRITÉRIOS PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**Art. 7º** A elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público obedecerá aos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas, exceto à Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.



I - PODER LEGISLATIVO .....	5,0%
II - PODER JUDICIÁRIO .....	9,5%
III - MINISTÉRIO PÚBLICO .....	4,1%

Parágrafo único. Do percentual de 5,0% (cinco por cento) destinado ao Poder Legislativo, caberá ao Tribunal de Contas o percentual de 1,9% (um vírgula nove por cento).

Art. 8º O Poder Executivo destinará na Lei Orçamentária de 2015 para a Defensoria Pública do Paraná recursos no montante de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais).

Art. 9º O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2015 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após a dedução dos recursos destinados:

- I - à transferência das parcelas da Receita de Recolhimento Centralizado, pertencentes aos municípios;
- II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, de acordo com os limites percentuais definidos nos incisos do art. 7º desta Lei;
- III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;
- IV - ao pagamento do serviço da dívida;
- V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o art. 205 da Constituição Estadual, com a Lei nº 12.020, de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná, com o Decreto Estadual nº 1.952, de 24 de outubro de 2003 e demais normas legais;
- VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo no mínimo a 30% (trinta por cento), da receita líquida de impostos, inclusive as provenientes de transferências de impostos, de acordo com o art. 185 da Constituição Estadual, dos quais 25% (vinte e cinco por cento) caberão à Secretaria de Estado da Educação e 5% (cinco por cento) com despesas do Ensino Superior ;



- VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, regulamentada pela Lei Complementar Federal nº 141, de 2012, correspondendo para 2015 a 12% (doze por cento), da receita líquida de impostos, inclusive as provenientes de transferências de impostos;
- VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;
- IX - aos convênios e respectivas contrapartidas, firmados com Entidades Nacionais e Internacionais;
- X - às contribuições do Estado ao Sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico- Hospitalares, conforme legislação em vigor;
- XI - ao pagamento de sentenças judiciais e
- XII - à reserva de contingência, de acordo com o especificado no art. 36 desta Lei.

§ 1º As despesas com ações e serviços públicos de saúde a que se refere o inciso VII do *caput* deste artigo, que representam os 12% (doze por cento) da Receita Líquida de Impostos do Tesouro Geral do Estado, são aquelas relativas à prevenção, promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde.

§ 2º Os recursos a que se refere o inciso VII deste artigo serão alocados na Unidade Orçamentária: Fundo Estadual de Saúde – FUNSAÚDE, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 10. Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada Órgão/Unidade, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária, tendo em vista a possibilidade de ocorrerem modificações na estrutura administrativa do Poder Executivo, após o encaminhamento do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2015 à Assembleia Legislativa.



**CAPÍTULO IV**  
**DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 11.** Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista Dependentes e o Orçamento de Seguridade Social discriminarão o programa de trabalho por:

- I - Unidade Orçamentária;
- II - Função;
- III - Subfunção;
- IV - Programa;
- V - Projeto, Atividade ou Operação Especial;
- VI - Categoria Econômica da Despesa;
- VII - Grupo de Despesa;
- VIII - Modalidade de Aplicação; e
- IX - Grupo de Fontes.

§ 1º Cada ação orçamentária, entendida como sendo a atividade, o projeto ou a operação especial, deve identificar a função, a subfunção e o programa ao qual se vincula.

§ 2º Os conceitos de função, subfunção e programa, são aqueles dispostos na Portaria nº 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999 e Portaria SOF nº 54, de 4 de julho de 2011.

§ 3º Cada programa terá as ações necessárias para atingir os seus objetivos, identificadas sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, com as especificações dos valores, metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela sua realização.

§ 4º Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por Grupo de Natureza de Despesa, Grupo de Fonte e Modalidade de Aplicação.



§ 5º Os Grupos de Natureza de Despesa a que se refere o inciso VII deste artigo, constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao seu objeto de gasto, conforme especificação a seguir:

**DESPESAS CORRENTES**

Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais

Grupo 2 - Juros e Encargos da Dívida

Grupo 3 - Outras Despesas Correntes

**DESPESAS DE CAPITAL**

Grupo 4 - Investimentos

Grupo 5 - Inversões Financeiras

Grupo 6 - Amortização da Dívida

§ 6º A Modalidade de Aplicação a que se refere o inciso VIII deste artigo, destina-se a indicar a forma como os recursos serão aplicados pelas unidades orçamentárias, e observará o seguinte detalhamento:

20 – Transferências à União;

22 – Execução Orçamentária delegada à União;

30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal;

31 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal – Fundo a Fundo;

32 – Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal;

35 – Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;





- 36 – Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 40 – Transferências a Municípios;
- 41 – Transferências a Municípios – Fundo a Fundo;
- 42 – Execução Orçamentária Delegada a Municípios;
- 45 – Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 46 – Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;
- 60 – Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos;
- 70 – Transferências a Instituições Multigovernamentais;
- 71 – Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio;
- 72 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos;
- 73 – Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 74 – Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 75 – Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;





- 76 – Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 80 – Transferências ao Exterior;
- 90 – Aplicações Diretas;
- 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- 93 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe;
- 94 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe;
- 95 – Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 96 – Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 99 – A definir (utilizado no Orçamento do Estado do Paraná apenas para caracterizar as despesas oriundas de emendas legislativas).

§ 7º Os Grupos de Fontes de Recursos a que se refere o inciso IX deste artigo, constituem a agregação de fontes conforme discriminação a seguir:

**GRUPO 01 - RECURSOS PRÓPRIOS DO TESOIRO** – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 100 - Ordinário não Vinculado;
- Fonte 102 - Receita Condicionada da Contribuição do Servidor Público;
- Fonte 103 - Receita Condicionada da Lei Complementar nº 87, de 1996;



- Fonte 104 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE;
- Fonte 105 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e Outros;
- Fonte 106 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - FEPGE/PR;
- Fonte 108 - Receita de Alienação de Outros Bens Móveis e Imóveis;
- Fonte 109 - Recursos Provenientes de Percentual sobre a Venda de Bilhetes de Passagens Intermunicipais para ações voltadas à Criança e ao Adolescente;
- Fonte 110 - Recursos para Estatização das Serventias do Foro Judicial;
- Fonte 111 - Indenização pelo Excedente da Amortização de Bens Reversíveis em Encampação de Rodovias;
- Fonte 112 - Retornos dos Programas PROSAM/PEDU/PARANASAN;
- Fonte 113 - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná - FUNESP/PR;
- Fonte 114 - Receita da Escola de Governo/SEAP;
- Fonte 115 - Receita Excedente dos Colégios Agrícolas;
- Fonte 122 - Receita Provenientes do Programa Paraná Competitivo;
- Fonte 123 - Renda do Fundo Penitenciário;
- Fonte 124 - Multas e Taxas de Saúde Pública - FUNSAUDE;
- Fonte 125 - Venda de Ações e/ou Devolução de Créditos ou de Capital Subscrito/Integralizado ou não;
- Fonte 127 - Multas e Taxas de Defesa Sanitária - FEAP;



Fonte 128 - Fundo de Reequipamento do Fisco – FUNREFISCO;

Fonte 131 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social – Lei nº 11.091, de 16 de maio de 1995;

Fonte 132 - Pesquisa Científica e Tecnológica;

Fonte 138 - Taxa Ambiental;

Fonte 141 - Retorno de Programas Especiais – FDU;

Fonte 147 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas ao Tesouro Geral do Estado por Determinação Legal.

**GRUPO 09 - CONVÊNIOS DO TESOIRO** – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 107 - Convênios com Órgãos Federais;

Fonte 133 - Transferências e Convênios com o Exterior;

Fonte 148 - Outros Convênios.

**GRUPO 10 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS** – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 116 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE;

Fonte 117 - Transferências da União – SUS;

Fonte 118 - Recursos Provenientes de Indenização da PETROBRAS;

Fonte 145 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.



**GRUPO 15 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOIRO –**  
compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 120 - Operações de Crédito Internas;
- Fonte 142 - Operação de Crédito Externa/BIRD;
- Fonte 143 - Operação de Crédito Externa/BID;
- Fonte 144 - Outras Operações de Crédito Externas.

**GRUPO 95 – RECURSOS DE OUTRAS FONTES –** compreendendo as  
seguintes fontes:

- Fonte 250 - Diretamente Arrecadados;
- Fonte 251 - Operação de Crédito Interna;
- Fonte 252 - Operação de Crédito Externa;
- Fonte 254 - Multas por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro – FUNRESTRAN;
- Fonte 256 - Reposição Florestal – SERFLOR;
- Fonte 257 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas a Entidades da Administração Indireta por Determinação Legal;
- Fonte 258 - Diretamente Arrecadados com Utilização Vinculada;
- Fonte 270 - Aumento de Capital Social;
- Fonte 281 - Transferências e Convênios com Órgãos Federais;
- Fonte 283 - Transferências e Convênios com o Exterior;
- Fonte 284 - Outros Convênios / Outras Transferências.

**Art. 12.** O Orçamento de Investimento abrangerá as empresas independentes nas quais o Estado detenha a maioria do capital social com direito a voto, e dele constarão todos os investimentos a serem realizados, independentemente da fonte de financiamento utilizada.



Art. 13. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista não Dependentes, constará no seu programa de trabalho e a discriminação da despesa destacados por projeto/atividade, segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos e será apresentado no Anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, bem como, na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento do Projeto da LDO de 2015 à Assembleia Legislativa.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, a criação de novas fontes de qualquer grupo de fontes de recursos, inclusive as decorrentes de alterações de legislação ou de Operações de Crédito efetivadas após o encaminhamento do Projeto da LDO de 2015 à Assembleia Legislativa, dando ciência à Assembleia Legislativa.

Art. 16. O Programa de Obras será apresentado no Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual, por Unidade Orçamentária, por Projeto ou Atividade, de forma detalhada e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no § 7º do art. 133 da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo único. As obras iniciadas no exercício anterior terão prioridade na aplicação dos recursos, devendo ser identificadas no Anexo V pelo Indicativo (A) em andamento.

Art. 17. O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembleia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no inciso III do art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, conterá:

I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado, metas fiscais para o exercício de 2015, o quadro resumo do saldo devedor da dívida pública consolidada e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;

II - texto da Lei;





- III - Anexo I contendo a legislação da Receita de Recolhimento Centralizado e Descentralizado e quadros-resumo das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes;
- IV - Anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;
- V - Anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, a que se refere os incisos I e II do § 6º do art. 133 da Constituição do Estado do Paraná;
- VI - Anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, a que se refere o inciso III do § 6º do art. 133 da Constituição do Estado do Paraná;
- VII - Anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme o disposto no § 7º do art. 133 da Constituição do Estado do Paraná;
- VIII - Anexo VI contendo o demonstrativo das Vinculações Constitucionais e Legais, no que se refere a:
  - a) Poder Legislativo;
  - b) Poder Judiciário;
  - c) Ministério Público;
  - d) Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Público;
  - e) Ações e Serviços Públicos de Saúde;
  - f) Ciência e Tecnologia;



- IX - Anexo VII contendo o demonstrativo do Orçamento de Previdência composto pelos Fundos Previdenciários, geridos pelo PARANAPREVIDENCIA;
- X - Anexo VIII contendo as proposições parlamentares relativas às emendas à despesa;
- XI - Anexo IX contendo as proposições parlamentares relativas às emendas ao conteúdo programático;
- XII - Anexo X contendo os cancelamentos efetuados para suportarem às emendas à despesa;
- XIII - Anexo XI contendo as proposições parlamentares relativas às emendas coletivas.

**CAPÍTULO V**  
**DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO**

**Art. 18.** A elaboração do Projeto de Lei, a sua aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2015, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo o acesso da sociedade às informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como, levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo deverá estabelecer programação orçamentário-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

**Art. 19.** Os repasses de recursos aos outros Poderes e ao Ministério Público ocorrerão mensalmente, nos percentuais estabelecidos por esta Lei, calculados sobre a previsão mensal de realização da receita e não com relação ao duodécimo dos valores orçados, compensando no mês seguinte o montante de repasse para mais ou para menos de acordo com a efetiva arrecadação do mês.



Art. 20. Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, os outros Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 21. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 12 de setembro de 2014, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

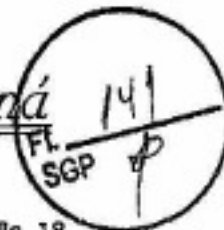
Parágrafo único. No caso dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público não apresentarem suas propostas orçamentárias até o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a lançar os valores dentro dos limites fixados, utilizando como base a Lei Orçamentária do exercício anterior.

Art. 22. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites estabelecidos nesta Lei, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 23. A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na Receita Centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da Secretaria de Estado da Fazenda - AGE/SEFA.

Art. 24. Na programação da despesa não poderão ser:

- I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;



- II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;
- III - incluídas despesas a título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos, na forma do § 3º do art. 167 da Constituição Federal e do § 2º do art. 135 da Constituição Estadual;
- IV - classificadas como atividades, dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada;
- V - incluídas em Projetos ou Atividades, despesas caracterizadas como operações especiais;
- VI - fixadas despesas com valores simbólicos;
- VII - incluídas despesas decorrentes de "transferências de recursos financeiros de entidades pertencentes à administração pública estadual", ou seja, de transferências dentro da mesma esfera de Governo (vedada duplicidade de receita).

Art. 25. As receitas dos Órgãos e Entidades controlados direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente às despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo único. Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes.

Art. 26. As unidades da administração indireta, deverão programar em seus orçamentos, recursos para pagamento de PASEP com recursos próprios, no mínimo no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor da sua receita própria, ou seja, da sua receita diretamente arrecadada.



Art. 27. Os recursos do Tesouro Geral do Estado destinados às Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes não comporão o Demonstrativo de Receitas Próprias destas Entidades; para evitar duplicidade, esses recursos serão apenas demonstrados na sua totalidade, como repasses de recursos do tesouro estadual, de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

Art. 28. O Orçamento Fiscal conterá Projetos/Atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, que receberão recursos do Estado para compor o seu Orçamento de Investimento.

Art. 29. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, conterá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 30. A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015.

Art. 31. As despesas destinadas ao pagamento de sentenças judiciais correrão a conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais, especificadas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos e na Administração Geral do Estado – Recursos sob Supervisão da SEFA.

§ 1º As unidades da administração indireta que tenham sentenças judiciais transitadas em julgado de pequeno valor, deverão programar em seus orçamentos o valor dos mesmos com recursos próprios.

§ 2º Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo (Comissão de Análise e Controle de Pagamentos Judiciais), até o dia 20 de julho de 2014, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2014, para serem incluídos no orçamento de 2014, especificando:





- I - número da ação originária;
- II - número do precatório;
- III - tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- IV - enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- V - data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- VI - valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2014, conforme § 5º do art. 98 da Constituição do Estado do Paraná);
- VII - cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 32. Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão/Unidade celebrante do contrato.

§ 1º A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação, todos os recursos de transferências intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º A execução orçamentária de despesas provenientes de acordos, convênios ou atos similares intragovernamentais, será realizada no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de Movimentação de Crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, na Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001 e suas alterações posteriores, na Portaria nº 339 STN, de 29 de agosto de 2001 e no Decreto Estadual nº 5.975, de 22 de julho de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

Art. 33. O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de desembolso, por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária Anual.



Art. 34. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, ficando vedada a aplicação do § 2º do art. 78 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000, em relação às Receitas Tributárias, por força da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 35. O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de Superávit Financeiro apurados nos balanços das Unidades da Administração Indireta do Poder Executivo, para atender programas prioritários de Governo.

Art. 36. A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência no montante definido com base na receita corrente líquida, para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 37. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015, conterá autorizações para abertura de créditos adicionais do Poder Executivo até o limite percentual de 5% (cinco por cento) do valor global da receita fixada para o exercício, nas formas previstas no § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, excetuando-se as dotações referentes a recursos de Convênios, Acordos Nacionais e de Agentes Financeiros Internacionais, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados para o exercício.

Art. 38. Na Lei Orçamentária Anual, as despesas com amortizações, juros e demais encargos da dívida serão fixados com base nas operações contratadas ou com autorizações concedidas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária à Assembleia Legislativa.

Parágrafo único. O Poder Executivo encaminhará juntamente com a proposta orçamentária para 2015:

1 - quadro detalhado de cada operação de crédito, incluindo credor, taxa de juros, sistemática de atualização e cronograma de pagamento do serviço da dívida;

2 - quadro demonstrativo da previsão de pagamento do serviço da dívida para 2015, incluindo modalidade de operação, valor do principal, juros e demais encargos.



**CAPÍTULO VI**  
**DOS AJUSTAMENTOS DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 39. Fica o Poder Executivo autorizado a fixar as devidas estimativas de recursos e demais atributos do exercício de 2015, para as iniciativas incorporadas ao Plano Plurianual pela Lei Orçamentária de 2015, conforme arts. 5º e 6º da Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Art. 40. Conforme inciso VI do § 3º do art. 133 da Constituição do Estado do Paraná, ficam alterados os indicadores e as iniciativas do Plano Plurianual de 2012 a 2015, de acordo com o Anexo III e Anexo IV desta Lei, para o exercício de 2015.

§ 1º Fica, também, o Poder Executivo autorizado a proceder as adequações aos atributos dos Programas e Iniciativas do PPA, para o exercício de 2015, decorrentes das modificações institucionais aprovadas.

§ 2º As ações e metas do Plano Plurianual poderão ser objeto de Parcerias Público – Privadas, consoante o disposto no inciso V do art.12 da Lei nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012.

**CAPÍTULO VII**  
**DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA**  
**LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 41. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual, serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de agosto de 2014, em especial:

- I - as modificações na Legislação Tributária, decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;
- II - a concessão e redução de isenções fiscais;
- III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e
- IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

§ 1º Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.



§ 2º Do cálculo da Receita Corrente Líquida, serão excluídos os valores referentes aos diferimentos ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o inciso I do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

## CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO ESTADO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS E OUTRAS DESPESAS CORRENTES, COM BASE NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Art. 42. No exercício financeiro de 2015, as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º Os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e Ministério Público, assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º A repartição dos limites globais, de acordo com o inciso II do art. 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

- a) 3% (três por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;
- b) 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Judiciário;
- c) 49% (quarenta e nove por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Executivo, incluindo a Defensoria Pública;
- d) 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Ministério Público Estadual.

§ 3º As contratações de pessoal e movimentações de quadros que impliquem em alterações salariais ou incremento de despesas de que trata o § 1º do art. 169 da Constituição Federal, somente poderão ocorrer se houver recursos orçamentários suficientes e se forem atendidos os requisitos e os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.





Art. 43. O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo, será estabelecido dentro de um limite de gasto considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

**CAPÍTULO IX**  
**DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DESTINAÇÃO DE RECURSOS PROVENIENTES DE**  
**OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Art. 44. O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício, não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento, conforme determina o § 2º do art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

**Parágrafo único.** As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 45. As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que, o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2015, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida do Estado.

Art. 46. As receitas provenientes das Operações de Crédito em negociação, estão incorporados à receita prevista do Plano Plurianual – PPA 2012 – 2015 e serão incorporados as mesmas na Lei Orçamentária Anual – LOA para 2015.

Art. 47. A Agência de Fomento do Paraná S.A., que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazos, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, observará as seguintes prioridades:

- I - impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de crédito ao pequeno e médio empreendedor agrícola, industrial e comercial;
- II - ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso às formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;





- III - fomentar investimentos em atividades produtivas setoriais;
- IV - prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;
- V - promover a recuperação dos ativos sob sua custódia;
- VI - fomentar e apoiar projetos destinados à implantação e desenvolvimento de iniciativas econômicas de natureza solidária, cooperativa e participativa, nas áreas de produção, distribuição e consumo;
- VII - fomentar a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica, à melhoria da competitividade da economia, a estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do MERCOSUL e à geração de empregos;
- VIII - à participação do Estado na implantação de sistema de transporte rápido de massa;
- IX - fomentar investimentos e apoiar projetos regionais voltados à melhoria e à consolidação da infraestrutura rodoviária, aeroportuária, ferroviária e aquaviária do Estado;
- X - os empréstimos e financiamentos concedidos pela Agência de Fomento, deverão garantir, no mínimo a remuneração dos custos operacionais e de administração dos recursos, assegurando sua auto sustentabilidade financeira, ressalvados os casos disciplinados por legislação específica.

§ 1º A Agência de Fomento do Paraná observará, nos financiamentos concedidos, as políticas de redução das desigualdades sociais e regionais, de geração de emprego e renda, de preservação e melhoria do meio ambiente, de incentivo ao aumento da participação de fontes de energias renováveis na Matriz Energética Paranaense, de ampliação e melhoria da infraestrutura e crescimento, modernização e ampliação da competitividade do parque produtivo paranaense, das atividades comerciais e de serviço sediados no Estado, do turismo e do agronegócio, com atenção às iniciativas de inovação e desenvolvimento tecnológico.



§ 2º A concessão de operações de crédito com os Municípios ou quaisquer entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública Municipal fica condicionada à outorga de garantias, na forma estabelecida pela agência financeira oficial de fomento.

§ 3º Os retornos e os juros dos empréstimos concedidos pela Fomento Paraná serão destinados para futuros empréstimos vinculados ao sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná, conforme determinação do § 1º do art. 4º da Lei nº 17.655, de 7 de agosto de 2013.

#### CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 48. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

#### CAPÍTULO XI DEMAIS DISPOSIÇÕES

Art. 49. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas em conformidade com o disposto no art. 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 1º Não poderão ser cancelados recursos correspondentes a pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, transferências constitucionais aos municípios, precatórios, obrigações tributárias e contributivas, fontes vinculadas, contrapartidas de programas financiados e manutenção mínima dos órgãos e unidades da administração pública, para se constituírem em recursos de emendas à despesa.

§ 2º Não poderão ser canceladas dotações com recursos próprios (fontes 250 a 284), exceto quando se tratar de remanejamento de recursos dentro da unidade arrecadadora.



§ 3º Cada emenda à despesa deverá apresentar a indicação do montante de recursos e a indicação da consequente programação cancelada.

Art. 50. Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da Lei Orçamentária Anual até 31 de dezembro de 2014, fica o Poder Executivo autorizado a executar a programação dele constante, para o atendimento das seguintes despesas:

- I- Pessoal e Encargos Sociais;
- II- Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios, por repartição de receitas;
- III- Serviços da Dívida;
- IV- PASEP;
- V- Precatórios; e
- VI- Demais Despesas, à razão de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

Art. 51. O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa para ciência, no prazo de vinte dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, na forma do disposto no art. 6º desta Lei.

Art. 52. As transferências voluntárias de recursos do Estado para os Municípios, a título de cooperação, auxílios ou assistência financeira, dependerão da comprovação, por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que se encontra em conformidade com o disposto no art. 25 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 53. Observando o disposto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, caso seja necessário proceder a limitação de empenho e movimentação financeira, para cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, o percentual de redução deverá incidir sobre o total de atividades e sobre o de projetos, separadamente, calculado de forma proporcional à participação de cada Poder, do Ministério Público e da Defensoria Pública, excluídas as despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.



Art. 54. A destinação de recursos orçamentários às Entidades Privadas sem fins lucrativos deverá observar o disposto no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 55. Integram a presente Lei, de acordo com o disposto no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 56. Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 57. Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 58. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2015, ações necessárias ao pleno funcionamento do Hospital Regional no Município de Toledo.

Art. 59. Fica o Poder Executivo autorizado a destinar recursos para incentivo do Transporte Urbano para as Regiões Metropolitanas.

Art. 60. Fica o Poder Executivo autorizado a implementar estratégias integradas para o desenvolvimento da infraestrutura de transporte multimodal do Estado, criando condições para o bem andamento das atividades produtivas e para inclusão de áreas de baixo desenvolvimento humano na malha de produção do Estado.

Art. 61. Fica o Poder Executivo autorizado a destinar recursos para implementar ações de assistência social nos municípios paranaenses.

Art. 62. O Poder Executivo poderá destinar recursos para implementar ações de preservação e recuperação de toxicômanos a entidades de combate às drogas.



Art. 63. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 15 de julho de 2014.



Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente



Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário



Deputado ADEMIR BIER  
2º Secretário





## ANEXO I - METAS FISCAIS

### 1. Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior

A execução orçamentária do exercício de 2013 obedeceu aos critérios para liberação dos recursos, estabelecidos no Decreto nº 6956, de 16 de janeiro de 2013. No referido exercício deu-se continuidade ao processo de Programação Orçamentária, via Sistema e-COP, onde as unidades da administração direta, indireta, empresas dependentes e fundos, alimentaram seus pleitos trimestrais, dentro de tetos estabelecidos de acordo com as projeções da receita e as prioridades de governo. As liberações financeiras foram realizadas segundo as disponibilidades do Tesouro Geral do Estado, em decorrência do efetivo ingresso das Receitas.

No exercício financeiro de 2013 as Receitas não Financeiras, ou seja, as Receitas totais, excluídas as operações de crédito, as amortizações de empréstimo, as receitas de alienação de ativos e as Receitas provenientes de remuneração de depósitos bancários, tiveram um acréscimo de 3,12% em relação aos valores previstos na LDO/2013.

As Despesas não Financeiras, ou seja, as despesas totais do exercício, excluídas aquelas referentes a juros e amortização da dívida, tiveram um decréscimo de 2,71%.

Em decorrência das variações ocorridas entre o valor previsto na LDO e o resultado realizado nas Receitas não Financeiras e Despesas não Financeiras, a meta do Resultado Primário realizado no exercício, ficou acrescida em 155,94% (ver Tabela 1).

Tabela 1 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS RELATIVAS A 2013

em R\$ 1.000

Discriminação	Previsto LDO	Realizado	Variação %
Receitas não Financeiras (I)	30.934.379	31.898.477	3,12%
Despesas não Financeiras (II)	29.797.757	28.989.446	-2,71%
Resultado Primário (I - II)	1.136.622	2.909.031	155,94%

Fonte: SEFA



As Tabelas 2 e 3 a seguir resumem o desempenho das metas fiscais realizadas em 2011 a 2013 e reprogramadas para 2014:

**Tabela 2 – Metas Fiscais 2011-14 - Preços Correntes**

em R\$ 1000

DISCRIMINAÇÃO	2011	2012	2013	2014 (1)
I. Resultado Primário Fixado na LDO	770.075	981.537	1.136.622	2.339.690
II. Resultado Primário Obtido	1.391.204	634.392	2.909.031	2.119.925
III. Resultado Obtido - Meta (II - I)	621.129	-347.145	1.772.409	-219.765
IV. Resultado Nominal Indicado na LDO	-402.153	671.371	700.243	986.004
V. Resultado Nominal Obtido (2)	-575.955	-1.655.317	2.131.034	-145.715
VI. Resultado Obtido - Indicado (V - IV)	-173.802	-2.326.688	1.430.791	-1.131.719

Fonte: SEFA

(1) Reprogramado

(2) O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal

**Tabela 3 – Metas Fiscais 2011-14 - Preços Constantes**

em R\$ 1000

DISCRIMINAÇÃO	2011	2012	2013	2014 (1)
I. Resultado Primário Fixado na LDO	919.326	1.100.255	1.203.796	2.339.690
II. Resultado Primário Obtido	1.660.838	711.123	3.080.955	2.119.925
III. Resultado Obtido - Meta (II - I)	741.512	-389.132	1.877.159	-219.765
IV. Resultado Nominal Indicado na LDO	-480.096	752.574	741.627	986.004
V. Resultado Nominal Obtido (2)	-687.583	-1.855.531	2.256.978	-145.715
VI. Resultado Obtido - Indicado (V - IV)	-207.487	-2.608.105	1.515.351	-1.131.719

Fonte: SEFA

(1) Reprogramado

(2) O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal



## 2. Demonstração das Metas Fiscais Anuais

A Tabela a seguir demonstra o cenário relativo aos principais indicadores econômicos utilizados na demonstração das metas fiscais para o período de 2011 a 2017.

**Tabela 4 - INDICADORES ECONÔMICOS PARA O PERÍODO DE 2011-2017**

VARIÁVEIS	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
PIB do Brasil (variação %)	2,70%	0,90%	2,28%	1,67%	2,00%	2,95%	3,00%
PIB do Paraná (variação %)	4,00%	0,90%	5,01%	4,00%	4,50%	4,50%	5,00%
Inflação (IPCA) (variação %)	6,50%	5,84%	5,91%	6,30%	5,89%	5,40%	5,25%
Taxa de Câmbio final do ano (R\$/US\$)	1,88	2,04	2,27	2,48	2,53	2,56	2,59

Fonte: IBGE, Banco Central, IPARDES/SEPL

É importante destacar que a garantia de investimentos só será possível com o esforço em continuar a política fiscal assumida pelo Estado para os próximos exercícios, ou seja, de manter os superávits primários.

A previsão de superávits primários para o período de 2014 a 2017, na média de 1,18% do PIB do Paraná, supõe:

- o crescimento sustentável da economia do Estado;
- o incremento das Receitas não financeiras;
- a execução do programa de Ajuste Fiscal firmado com o Governo Federal;
- o controle sobre as Despesas de manutenção da administração estadual.

As Tabelas 5 e 6 apresentam, de forma resumida as metas fiscais para o período de 2014 a 2017, a preços correntes e constantes de 2014.

**Tabela 5 - METAS FISCAIS - 2014- 2017**

DISCRIMINAÇÃO	Preços correntes							
	2014		2015		2016		2017	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. RECEITA NÃO FINANCEIRA	37.938.510	11,90%	42.531.521	12,08%	46.493.263	11,98%	49.219.044	11,47%
II. DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	35.818.586	11,24%	38.403.450	10,91%	40.700.278	10,48%	43.138.683	10,05%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	2.119.925	0,66%	4.128.071	1,17%	5.792.985	1,49%	6.080.361	1,42%
IV. SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA	13.985.558	4,39%	14.232.296	4,04%	14.069.649	3,62%	13.448.846	3,13%
V. RESULTADO NOMINAL	-145.715	-0,05%	246.739	0,07%	-162.647	-0,04%	-620.803	-0,14%

Fonte: SEFA



**Tabela 6 - METAS FISCAIS - 2014-2017**

DISCRIMINAÇÃO	Preços constantes							
	2014		2015		2016		2017	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. RECEITA NÃO FINANCEIRA	37.938.510	11,90%	39.856.516	11,32%	40.955.210	10,55%	41.076.477	9,57%
II. DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	35.818.586	11,24%	35.988.079	10,22%	35.852.258	9,23%	36.002.022	8,39%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	2.119.925	0,66%	3.868.438	1,10%	5.102.952	1,31%	5.074.455	1,18%
IV. SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA	13.985.558	4,39%	13.337.161	3,79%	12.393.740	3,19%	11.223.932	2,61%
V. RESULTADO NOMINAL	-145.715	-0,05%	231.220	0,07%	-143.274	-0,04%	-518.100	-0,12%

Fonte: SEFA

### 3. Evolução do Patrimônio Líquido

A Tabela a seguir, apresenta o Saldo Patrimonial Líquido apurado pelo Estado no período de 2011 a 2013. O Saldo Patrimonial expressa o resultado do confronto entre o Ativo Real e o Passivo Real.

**Tabela 7 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	2012	2013
ATIVO FINANCEIRO	1.425.059	2.933.659	2.098.971
ATIVO PERMANENTE	5.712.333	5.812.261	6.046.567
SOMA DO ATIVO REAL	7.137.392	8.745.920	8.145.537
PASSIVO FINANCEIRO	1.042.568	3.305.389	2.546.606
PASSIVO PERMANENTE	242.083	0	0
SOMA DO PASSIVO REAL	1.284.650	3.305.389	2.546.606
SALDO PATRIMONIAL	5.852.742	5.440.530	5.598.931

Fonte : SEFA

Na evolução do Patrimônio Líquido do período de 2011 para 2012 houve uma variação positiva de R\$ 165,7 milhões, produzindo Patrimônio Líquido positivo. De 2012 para 2013, houve variação positiva de R\$ 740,00 milhões, produzindo novo Patrimônio Líquido positivo. Considerando o período de 2011 a 2013, essa oscilação determinou variação total positiva da importância de R\$ 905,7 milhões, que, como consequência favorável, apresentou Saldo Patrimonial credor, representativo do Patrimônio Líquido do Estado.



Com relação à alienação de bens pertencentes aos ativos permanentes das entidades da administração direta e da administração indireta, o Estado do Paraná em 2013 obteve recursos oriundos de Bens Móveis, no valor de R\$ 2.283,4 mil, fonte 108 e R\$ 1.320,4 mil, fonte 250. A aplicação para 2013 teve sua programação realizada por conta dos projetos e atividades orçamentárias, segundo as fontes de recursos de origem, aprovados pela LOA nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012.

#### 4. Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná

Os resultados da Avaliação Atuarial do RPPS do Estado do Paraná são apresentados na Nota Técnica NT/ATUÁRIA nº 022/2014 e levam em consideração a reestruturação dos Fundos Previdenciários do Estado do Paraná estabelecidos pela Lei nº 17.435, de 21 de dezembro de 2012. Os resultados dimensionam os compromissos com benefícios previdenciários dos Fundos, em específico verificar o equilíbrio financeiro e atuarial do FUNDO DE PREVIDÊNCIA, integrante do Plano Previdenciário, que tem finalidade de acumulação de recursos necessários para o pagamento dos compromissos do Plano.

Os cálculos elaborados levam em consideração os parâmetros atuariais mínimos e máximos estabelecidos pela Portaria MPS nº 403/2008 e demais orientações legislativas sobre a matéria, em especial a Constituição Federal e a Lei Federal nº 9.717, de 1998.

Os resultados obtidos referem-se à data-base de dezembro de 2013, contemplam os servidores ativos e inativos e pensionistas, segregados conforme critérios estabelecidos pela reestruturação dos Fundos Previdenciários. A base cadastral possui qualidade e indica consistência dos dados e dos resultados apresentados.

Os segurados ativos, aposentados e pensionistas são segregados nos Fundos Previdenciários constituídos pela Lei nº 17.435, de 2012, FUNDO DE PREVIDÊNCIA, FUNDO FINANCEIRO e FUNDO MILITAR, descritos a seguir.

1. FUNDO DE PREVIDÊNCIA - FP: servidores ativos que ingressaram ou venham a ingressar no serviço público estadual posteriormente a 31/12/2003, data da publicação da Emenda Constitucional nº 41, e inativos e pensionistas que em 21/12/2012, data da publicação da Lei nº 17.435, de 2012, eram segurados do FUNDO DE PREVIDÊNCIA.

Com base na legislação citada, no cadastro de segurados e nos parâmetros atuariais utilizados, foram obtidos os seguintes valores representativos da situação atuarial do FUNDO DE PREVIDÊNCIA:





158  
FF  
SGP  
4

## BALANÇO ATUARIAL DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA

Item	Valores (R\$)
Total de Encargos (1)	49.500.062.833,66
Total de Receitas (2)	41.817.578.616,83
Reserva Matemática (3) = (1) - (2)	7.682.484.216,83
Ativos Financeiros (4)	7.327.384.608,59
Parcelamento de Débitos Previdenciários (5)	593.248.545,69
Total de Ativos (6) = (4) + (5)	7.920.633.154,18
Resultado Atuarial (7) = (6) - (3)	238.148.937,35

Conforme critérios estabelecidos em Lei, o FUNDO DE PREVIDÊNCIA promove a cobertura a 77.841 servidores ativos e a 13.763 inativos e pensionistas, o que gera um total de 91.604 segurados.

Conforme prevê a Lei nº 17.435, de 2012, este Fundo é financiado pelo regime de capitalização e os valores expressos levam em consideração a taxa de desconto atuarial de 5,50% ao ano, estabelecida como meta atuarial neste exercício.

O valor presente do total das obrigações do FUNDO DE PREVIDÊNCIA é de R\$ 49,5 bilhões e o valor presente do total das receitas previstas, com base no plano de custeio, é de R\$ 41,8 bilhões, o que resulta em uma Reserva Matemática projetada de R\$ 7,7 bilhões.

O total de recursos financeiros já capitalizados e segregados para composição do FUNDO DE PREVIDÊNCIA é de R\$ 7,9 bilhões. O resultado técnico da Avaliação Atuarial apresenta Equilíbrio Técnico do Plano Previdenciário reestruturado, com superávit na ordem de R\$ 238 milhões. Este equilíbrio atuarial decorre de todo o plano contributivo ao Fundo e pelo sistema projetado de custeio Adicional e Suplementar a encargo do Estado.

2. FUNDO FINANCEIRO - FF: servidores ativos que ingressaram no serviço público estadual anteriormente a 31/12/2003, data da publicação da Emenda Constitucional nº 41, e inativos e pensionistas que em 21/12/2012, data da publicação da Lei nº 17.435, de 2012, eram segurados do FUNDO FINANCEIRO.

## BALANÇO ATUARIAL DO FUNDO FINANCEIRO

Item	Valores (R\$)
Total de Encargos (1)	202.253.623.345,56
Total de Receitas (2)	16.307.455.217,02
Reserva Financeira (3) = (1) - (2)	185.946.168.128,54



O FUNDO FINANCEIRO possui 135.830 segurados, sendo 60.769 ativos e 75.061 inativos e pensionistas. Os custos totais dos compromissos deste Fundo, ao longo do tempo, por ser financiado por repartição simples e conforme orientação do MPS – Ministério da Previdência Social são avaliados sem considerar a taxa de desconto atuarial e possuem o valor presente de R\$ 202,3 bilhões, que comparando-se com o total das receitas contributivas previstas de R\$ 16,3 bilhões, resulta em uma Insuficiência Financeira de R\$ 185,9 bilhões.

Pelo mecanismo de financiamento deste Fundo, tais valores representam o total de aportes futuros necessários, que o Tesouro Estadual deverá fazer ao longo do tempo, para complementação da folha de benefícios dos segurados deste Fundo.

3. FUNDO MILITAR - FM: todos os militares do Estado e seus dependentes.

Com base na legislação citada, no cadastro de segurados e nos parâmetros atuariais utilizados, foram obtidos os seguintes valores representativos da situação atuarial do FUNDO MILITAR:

#### BALANÇO ATUARIAL DO FUNDO MILITAR

Item	Valores (R\$)
Total de Encargos (1)	141.895.540.832,45
Total de Receitas (2)	27.142.180.447,50
Insuficiência Financeira (3)=(1)-(2)	114.753.360.384,95

São segurados deste Fundo 37.055 militares do Estado, sendo 19.643 ativos e 17.412 inativos e pensionistas. Os compromissos do Fundo Militar, também são avaliados sem considerar taxa atuarial e possuem o valor presente de R\$ 141,9 bilhões, que deduzindo-se do total das receitas contributivas previstas de R\$ 27,1 bilhões, resulta em uma Insuficiência Financeira de R\$ 114,8 bilhões.

O FUNDO MILITAR também é financiado por repartição simples, e os valores representam os aportes necessários para complementação da folha de benefícios dos segurados do Fundo ao longo do tempo.

#### COMENTÁRIOS FINAIS

De certa forma, projeções e Avaliações Atuariais na Previdência Funcional, pela própria natureza dos elementos que compõem as hipóteses atuarias, caracterizam-se como uma projeção futura extremamente sensível, mesmo amparada por técnicas atuariais sustentáveis. No entanto, estas projeções possibilitam o dimensionamento dos compromissos previdenciários da Entidade e indicam os procedimentos necessários ao custeio destas obrigações.



Ressalta-se que o conceito de solvência desenvolvido e constante na Lei nº 17.435, e o acompanhamento da aderência das hipóteses atuariais, constituem-se como aspectos fundamentais na elaboração deste plano de capitalização reestruturado e, por isso mesmo, devem ser alvo de contínuo acompanhamento e validação.

Por último, ressalta-se que a PARANAPREVIDÊNCIA, como único órgão gestor da previdência do Estado do Paraná, constitui-se como a Entidade competente para a gestão dos Fundos Previdenciários constituídos pela reestruturação da previdência social do Estado.

## Projeção de Encargos Sociais do Estado com Aposentados e Pensionistas

As projeções detalhadas a seguir levam em consideração todas as premissas atuárias utilizadas na Avaliação Atuarial do RPPS do Estado do Paraná, com data-base de 31/12/2013 - Nota Técnica NT/ATUÁRIA nº 022/2014.

Os valores projetados de aposentadorias e pensões correspondem à folha de benefícios vinculados ao FUNDO FINANCEIRO, de responsabilidade de cada Poder do Estado e, no caso do Poder Executivo, ainda a folha de benefícios do FUNDO MILITAR.

A contribuição adicional ao FUNDO DE PREVIDÊNCIA, corresponde à alíquota adicional de 8,5% incidente sobre aposentadorias e pensões pagas pelo FUNDO DE PREVIDÊNCIA, §1º do art. 18 da Lei nº 17.435, de 2012.

Destaca-se ainda, que não há previsão de folhas de benefícios aos servidores vinculados à Defensoria Pública pelo período projetado.

### PODER EXECUTIVO:

Ano	Aposentadorias	Pensões	Contribuição Adicional ao FP	Valores (R\$)
				Total
2014	3.824.006.175,82	1.156.744.580,77	71.542.874,45	5.052.293.631,03
2015	4.035.079.171,52	1.179.153.961,44	73.127.972,11	5.287.361.105,07
2016	4.248.416.734,92	1.201.411.230,63	74.953.603,76	5.524.781.569,32
2017	4.511.108.060,75	1.223.425.163,23	76.941.228,36	5.811.474.452,35



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

161  
66  
9  
fls. 38

Projeto de Lei nº 182/2014

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

Valores (R\$)

Ano	Aposentadorias	Pensões	Contribuição Adicional ao FP	Total
2014	251.047.957,09	135.606.663,79	4.128.391,21	390.783.012,09
2015	266.795.954,69	139.838.721,67	4.219.859,48	410.854.535,85
2016	282.009.319,80	144.077.790,52	4.325.207,81	430.412.318,12
2017	300.644.101,64	148.308.092,63	4.439.903,95	453.392.098,23

## MINISTÉRIO PÚBLICO:

Valores (R\$)

Ano	Aposentadorias	Pensões	Contribuição Adicional ao FP	Total
2014	68.346.610,68	33.496.182,64	1.418.592,08	103.261.385,40
2015	77.269.029,73	34.541.542,65	1.450.022,28	113.260.594,66
2016	85.986.486,02	35.588.634,44	1.486.221,93	123.061.342,39
2017	96.330.182,48	36.633.560,76	1.525.633,66	134.489.376,91

## TRIBUNAL DE CONTAS:

Valores (R\$)

Ano	Aposentadorias	Pensões	Contribuição Adicional ao FP	Total
2014	73.887.911,38	24.327.858,07	1.646.487,04	99.862.256,49
2015	77.197.545,00	25.087.089,96	1.682.966,46	103.967.601,42
2016	80.366.813,87	25.847.579,62	1.724.981,53	107.939.375,02
2017	84.344.414,31	26.606.496,52	1.770.724,70	112.721.635,53

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Valores (R\$)

Ano	Aposentadorias	Pensões	Contribuição Adicional ao FP	Total
2014	55.625.391,26	21.385.469,20	151.768,46	77.162.628,93
2015	55.754.560,98	22.052.874,04	155.131,03	77.962.566,06
2016	55.808.340,39	22.721.384,52	159.003,86	78.688.728,78
2017	56.116.543,78	23.388.512,47	163.220,34	79.668.276,59



## 5. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

A Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), estabeleceu o Demonstrativo de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, entendidas essas como aumento permanente de Receita ou Redução de outra Despesa de Caráter Continuado.

São consideradas despesas obrigatórias de caráter continuado, as despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem, para o ente público, a obrigação legal de sua execução por um período superior a dos exercícios (art. 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

Estas despesas, por apresentarem caráter de acréscimo permanente, somente podem ser financiadas por acréscimos permanentes de arrecadação.

A Tabela a seguir apresenta a margem de expansão para o exercício de 2015.

Tabela 11 - SALDO DA MARGEM DE EXPANSÃO - 2015

Recursos do Tesouro de Outras Fontes

Em R\$ 1.000

DISCRIMINAÇÃO	2015
1. Arrecadação de Tributos e Contribuições	3.073.930
2. Transferências Constitucionais e Legais da Rec. Tribut.	742.949
3. Saldo ( 1 - 2 )	2.330.981
4. Despesas Comprometidas:	2.330.981
Pessoal Executivo Exc. Ensino, Saúde e CT	716.984
Vinculação Ensino	937.339
Vinculação Saúde	374.936
Vinculação Ciência e Tecnologia	38.463
Vinculação para Outros Poderes	100.118
Transporte Coletivo	50.000
Contrapartida de Programas financiados	38.103
Participação de implantação do Metrô	1.000
Precatórios	64.798
PASEP (Excluído das vinculações)	9.241
5. Margem de Expansão	0





## ANEXO II – RISCOS FISCAIS

O § 3º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, prevê que a Lei de Diretrizes deve conter o Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências, caso se concretize.

O presente Anexo elenca os riscos fiscais e passivos contingentes que possam afetar as contas públicas do Paraná no período a que se refere a LDO 2014.

### ○ RISCOS FISCAIS NA RECEITA

#### ICMS

##### Simples Nacional

Está em vias de aprovação no Senado o PLS 323/2010 que restringe substancialmente a aplicação do regime de Substituição Tributária de ICMS (ST) e a antecipação do recolhimento do imposto para as empresas optantes do Simples Nacional. Há também o PLP 221/2012 (apensado ao PLP 237/2012) que altera o Simples.

○ A impossibilidade de aplicação da sistemática da ST provocará significativa redução na arrecadação porque na ST aplica-se a alíquota interna de ICMS do Estado para o respectivo produto, que é mais elevada do que a carga tributária de ICMS no Simples Nacional (LC nº 123, de 2006), que por sua vez não é aplicada integralmente pelo Estado do Paraná onde 80% das microempresas estão na faixa de isenção e as demais estão em faixas com redução na base de cálculo. Assim com o fim da ST, a maioria dos contribuintes paranaenses optantes no Simples Nacional não recolherão nada de ICMS.

Há que se considerar, ainda, que a impossibilidade de aplicação da ST dificultará enormemente a fiscalização e o controle, portanto a eficiência da administração tributária, sendo fator adicional de redução na arrecadação. Um dos maiores problemas em se pensar na extinção da ST para o ICMS está no atual quadro de pouca informação das operações realizadas no varejo. A retenção na fonte e a antecipação da cobrança do ICMS nas entradas dos Estados são utilizadas para garantir um controle mínimo, diminuindo a sonegação e a concorrência desleal.

A percepção da Frente Parlamentar da MPE é de que a ST é danosa à arrecadação por não permitir a apuração exata do imposto devido no momento da comercialização ou prestação do serviço. A visão da administração tributária, por sua vez, é de que o custo da fiscalização de um mercado ultra-pulverizado e de produtos padronizados e com poucos produtores é muito maior do que o incremento de arrecadação decorrente do valor definido em MVA (margens de valor agregado).



A impossibilidade de aplicar o regime de ST a um grande universo de produtos e serviços destinados aos optantes do Simples Nacional pode reduzir a arrecadação de ICMS do Paraná entre 1 bilhão e R\$ 1,4 bilhão por ano (SEFA/CRE/IGF, versão de 10/03/2014), conforme estimativa que inclui os produtos e serviços sujeitos à ST em 2013, bem como os produtos que passam a integrar o regime a partir de 2014.

## Projeto de Lei do Senado nº 386/2012 - Complementar

O Projeto altera e amplia a lista de serviços do ISS, alcançando novas tecnologias que, no entender dos estados, integram o campo de incidência do ICMS, principalmente nos serviços de comunicação, podendo agravar os conflitos competência tributária já existentes entre Estados e Municípios. A inclusão na lista de serviços da LC nº 116, de 2003 de atividades atualmente já tributadas pelos Estados por meio do ICMS gerará prejuízos financeiros aos estados, que já estão enfrentando decisões judiciais sobre a não incidência do ICMS em determinados serviços que compõe a prestação de serviço de comunicação, esvaziando esta que é uma das mais importantes bases tributárias do ICMS.

## Reforma do ICMS

Para 2014 não se vislumbra a possibilidade de aprovação da reforma do ICMS, mas o assunto deve ser retomado a partir de 2015, na próxima gestão de governo.

O principal eixo da proposta consiste na redução das alíquotas interestaduais, na tentativa de estancar a guerra fiscal entre os estados na atração de empreendimentos. Muitos estados que desejam continuar utilizando o ICMS como instrumento de política econômica resistem a apoiar a reforma, mesmo que esta inclua: a "convalidação" dos incentivos fiscais inconstitucionais já concedidos; a criação de Fundo de Compensação de perdas de ICMS com a redução das alíquotas interestaduais; e a criação de Fundo de Desenvolvimento Regional para substituir guerra fiscal no ICMS.

Apesar da resistência de muitos estados, o tema da reforma do ICMS é recorrente. Assim, o deslocamento parcial da tributação da origem para o destino provocaria impacto no estado do Paraná nos primeiros anos da transição, tendo em vista que as alíquotas interestaduais dos estados do Sul e Sudeste (exceto Espírito Santo) caem em ritmo mais acelerado do que as do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo. A perda é de 1% a 2% do ICMS total, com base em cálculo realizado com dados de 2011 pelo GT44-A Especial Alíquotas Interestaduais do Confaz. Parte da perda seria compensada com o Fundo de Compensação, todavia este tem um teto, de modo que não haverá ressarcimento integral por parte da União. Após a transição, estima-se que a alteração das alíquotas tem efeito neutro para o ICMS do Paraná.



## Transferências Federais

Um risco fiscal está associado à possibilidade de que não se confirme a previsão de arrecadação para IPI e IR, e em consequência a previsão de transferências federais baseadas nestes tributos, principalmente para 2014 (a previsão para 2015 a 2017 ainda pode ser revista por ocasião da elaboração das respectivas LOA's).

Trata-se do risco de não concretização dos parâmetros utilizados na projeção. Anota-se que foi elaborada uma previsão cautelosa. Não foi adotada a previsão da STN para 2014 e a constante da LOA União para 2014, por terem sido consideradas superestimadas, mas ainda assim há risco de que os parâmetros macroeconômicos adotados e que seguem, não se realizem, como no caso do crescimento de IPI de 2% e de IR de 1% para 2014 a 2017 (além do crescimento real do PIB Brasil e do IPCA), a título de alterações legislativa vinculadas à redução gradativa das desonerações tributárias adicionais concedidas pela União desde 2009.

Parâmetros	2013 (realizado)	2014	2015	2016	2017
Crescimento real para PIB Brasil	2,3%	2,0%	2,5%	3,0%	3,0%
Variação IPCA	5,91%	6,0%	5,7%	5,0%	5,0%
Efeito alterações na legislação IPI		2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
Efeito alterações legislação IR		1,0%	1,0%	1,0%	1,0%

Quanto à alteração da LC nº 62, de 1989 (critério de partilha do FPE), a questão foi pacificada com a edição da LC nº 143, de 2013, que alterou o critério de partilha do Fundo, em virtude da declaração do STF de fev/2010 de inconstitucionalidade dos coeficientes (congelados) de participação dos Estados.

Após longa e exaustiva jornada, foi possível evitar perdas acentuadas no coeficiente de participação do estado do Paraná, *vis-a-vis* o contido no primeiro relatório do relator Senador Walter Pinheiro e nas diversas propostas que tramitaram no Congresso Nacional.

Embora se vislumbre perdas para o estado do Paraná, a LC nº 143, de 2013 prevê um longo período de transição, que permite assimilar o impacto. Os coeficientes antigos da LC nº 62, de 1989 serão aplicados até dez/2015 (o do Paraná é de 2,8832%) e a partir de jan/2016 haverá uma transição, mediante a qual é garantido o valor distribuído no correspondente decêndio de 2015, corrigido pela variação acumulada do IPCA e pelo equivalente a 75% da variação real do PIB do ano anterior. Apenas sobre o valor remanescente (se houver) a distribuição será consoante o novo critério de partilha, sendo que o coeficiente do Paraná foi estimado em 2,72%, com dados de 2010. Os novos coeficientes serão recalculados anualmente, mas adotou-se o de 2,72% até 2017 por indisponibilidade de elementos mais recentes.



Outro risco fiscal é vinculado às transferências de natureza compensatória (Lei Kandir e Auxílio Financeiro aos Estados Exportadores). A fragilidade destas transferências reside na ausência de regulamentação do art. 91 da ADCT da Constituição Federal. Não obstante, em relação à Lei Kandir, os estados estão conseguindo incluir na LOA anual da União R\$ 1,95 bilhão anual. Quanto ao Auxílio Financeiro aos Estados Exportadores o risco fiscal é maior, pois além da inclusão na LOA União, há um grande desgaste para os estados convencerem a União a enviar ao congresso Medida Provisória para viabilizar os repasses. O valor da LOA União de 2013 foi repassado apenas em jan/2014, conforme MP 629/2013. Caso o mesmo procedimento seja adotado pela União em relação ao valor que integra a LOA de 2014, R\$ 81.152.955 não serão transferidos ao Estado do Paraná dentro do próprio exercício de 2014.

## Operações de crédito

O Risco fiscal reside na hipótese da União continuar dificultando a concretizarem das operações de crédito previstas, como no caso das operações vinculadas ao Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal (Proinveste), de R\$ 816,8 milhões, para investimentos em infraestrutura e para a segurança pública.

Até o momento a STN continua dificultando a autorizar a prestação de garantias para a liberação do empréstimo, apesar da liminar do STF (Ministro Marco Aurélio Mello), concedida em ação impetrada pelo governo do Paraná.

## Despesa

### Precatórios

Outro evento que poderá afetar o equilíbrio das contas públicas refere-se à decisão do Supremo Tribunal Federal – STF quanto à declaração de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 62, de 2009, que institui o regime especial para pagamento dos precatórios em prazo de até quinze anos.

A Emenda Constitucional nº 62, de 2009 estabeleceu que o Estado pode quitar seu estoque de precatórios no prazo máximo de 15 anos ou pela fixação de um percentual de sua receita. O Estado do Paraná optou pela vinculação de recursos equivalentes a 2% da receita corrente líquida a partir de 2010, mediante depósito mensal em conta especial administrada pelo Tribunal de Justiça do Estado. Os depósitos atingiram o montante de R\$ 413 milhões em 2012 e R\$ 507 milhões em 2013, para quitação dos precatórios na ordem cronológica e demais condições estabelecidas.





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

fls. 44

Projeto de Lei nº 182/2014

Até o momento o STF não modulou os efeitos da decisão, por exemplo, se o efeito for retroativo (*ex tunc*) sem algum tipo de moratória, o fluxo de pagamento é impraticável.

## Passivos Contingentes

É considerado Risco Fiscal a Ação nº 0010502-72.2013.4.02.5101, que tramita na 9ª Vara Cível da Justiça Federal do Rio de Janeiro, do BNDES contra o BADEP e o Estado do Paraná com impacto significativo sobre a sua capacidade de endividamento junto ao Programa de Ajuste Fiscal – PAF, atualmente o Limite de Endividamento está quase todo comprometido com os novos Programas de Governo.

## ANEXO III – AJUSTES NOS INDICADORES DO PLANO PLURIANUAL 2012-2015

De:

Programa 08 – Excelência no Ensino Superior – SETI

Indicadores

Indicador	Unidade	30/12/2008	2012	2015
Dissertações Defendidas e Aprovadas nos Programas de Pós-Graduação Fonte: CAPES	Unidade	30/12/2008	2.825,00	3.500,00
Instituições com Índice Geral de Cursos - IGC 3 Fonte: MEC	%	22/12/2008	14,08	20,00
Programas de Pós-Graduação com Conceitos 6 e 7 Fonte: CAPES	%	30/12/2008	2,40	12,80
Publicações B1 de Pesquisadores Paranaenses Fonte: CAPES	Unidade	30/12/2008	1.402,00	1.800,00
Publicações B2 de Pesquisadores Paranaenses Fonte: CAPES	Unidade	30/12/2008	1.348,00	1.800,00
Teses de Doutorado Defendidas e Aprovadas nos Programas de Pós-Graduação Fonte: CAPES	Unidade	30/12/2008	413,00	600,00

Para:

Programa 08 – Excelência no Ensino Superior – SETI

Indicadores

Indicador	Unidade	30/12/2008	2012	2015	Observações
Dissertações Defendidas e Aprovadas nos Programas de Pós-Graduação Fonte: CAPES	Unidade	30/12/2008	2.825,00	3.500,00	Periodicidade de aprovação de bianual para bianual. A aprovação é realizada a cada três anos, não sendo informação fixa a cada bianual.
Instituições com Índice Geral de Cursos - IGC 3 Fonte: MEC	%	22/12/2008	14,08	14,20	Periodicidade de atualização de dados: bianual. A periodicidade de atualização de dados é bianual, porém a instituição mantém a informação de que há atualização dos dados a cada três anos, não sendo informação fixa a cada bianual.
Programas de Pós-Graduação com Conceitos 6 e 7 Fonte: CAPES	%	30/12/2008	2,40	12,80	Periodicidade de aprovação de bianual para bianual. A aprovação é realizada a cada três anos, não sendo informação fixa a cada bianual.
Publicações B1 de Pesquisadores Paranaenses Fonte: CAPES	Unidade	30/12/2008	1.402,00	1.800,00	Periodicidade de aprovação de bianual para bianual. A aprovação é realizada a cada três anos, não sendo informação fixa a cada bianual.
Publicações B2 de Pesquisadores Paranaenses Fonte: CAPES	Unidade	30/12/2008	1.348,00	1.800,00	Periodicidade de aprovação de bianual para bianual. A aprovação é realizada a cada três anos, não sendo informação fixa a cada bianual.
Teses de Doutorado Defendidas e Aprovadas nos Programas de Pós-Graduação Fonte: CAPES	Unidade	30/12/2008	413,00	600,00	Periodicidade de aprovação de bianual para bianual. A aprovação é realizada a cada três anos, não sendo informação fixa a cada bianual.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

FT. SGP

fls. 45

Projeto de Lei nº 182/2014

95

Programa 17 - Proteção e Desenvolvimento Social - SEDS

### Indications

[illegible]

Page 1

Programa 28 - Trabalho, Emprego e Empreendedorismo Solidários - SETS

bedrijven

Atividade	Unidade	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Atividade de Ensino	Unidade	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Atividade de Pesquisa	Unidade	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Atividade de Extensão	Unidade	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Atividade de Gestão	Unidade	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Atividade de Avaliação	Unidade	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Atividade de Planejamento	Unidade	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Atividade de Monitoramento	Unidade	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Atividade de Controle	Unidade	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Atividade de Execução	Unidade	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Atividade de Encerramento	Unidade	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor

De

Programa 19 - Saúde para todo Paraná - SE SA

### Indicadores

Indicadores	Unidade	Período		
		2011	2010	2009
Razão da Mortalidade Materna	razão	6/9/2011	60,31	67,06
Fonte: SIM e SINASC				
Taxa de Mortalidade Infantil	taxa	7/9/2011	12,09	10,28
Fonte: SIM e SINASC				
Taxa de Mortalidade Infantil Neonatal	taxa	6/9/2011	8,00	7,88
Fonte: SIM e SINASC				
Taxa de Mortalidade Infantil Pós-neonatal	taxa	6/9/2011	3,29	2,63
Fonte: SIM e SINASC				
Taxa de Mortalidade por Causas Externas, Exceto Violência	coeficiente	5/9/2011	48,03	49,64
Fonte: Sistema de Mortalidade (SIM)				
Taxa de Mortalidade por Doenças Cardíacas e Cerebrovasculares na Faixa Etária de 0 a 69 anos	coeficiente	5/9/2011	78,79	75,64
Fonte: Sistema de Mortalidade (SIM)				

附註：

Programa 13 - 33.000 para 500 Perros - 1984

**Index**

Descrição da obra	Valor estimado (R\$)	Valor contratado (R\$)	Valor pago (R\$)	Data da última atualização	Status da obra	Observações
Obra de conservação e melhorias na rede de distribuição de energia elétrica, no bairro de São João, no município de São João del-Rei, Minas Gerais.	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	15/05/2014	Concluída	Obra concluída em 15/05/2014. Valor pago: 1.500.000,00.
Obra de conservação e melhorias na rede de distribuição de energia elétrica, no bairro de São João, no município de São João del-Rei, Minas Gerais.	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	15/05/2014	Concluída	Obra concluída em 15/05/2014. Valor pago: 1.500.000,00.
Obra de conservação e melhorias na rede de distribuição de energia elétrica, no bairro de São João, no município de São João del-Rei, Minas Gerais.	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	15/05/2014	Concluída	Obra concluída em 15/05/2014. Valor pago: 1.500.000,00.
Obra de conservação e melhorias na rede de distribuição de energia elétrica, no bairro de São João, no município de São João del-Rei, Minas Gerais.	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	15/05/2014	Concluída	Obra concluída em 15/05/2014. Valor pago: 1.500.000,00.
Obra de conservação e melhorias na rede de distribuição de energia elétrica, no bairro de São João, no município de São João del-Rei, Minas Gerais.	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	15/05/2014	Concluída	Obra concluída em 15/05/2014. Valor pago: 1.500.000,00.
Obra de conservação e melhorias na rede de distribuição de energia elétrica, no bairro de São João, no município de São João del-Rei, Minas Gerais.	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	15/05/2014	Concluída	Obra concluída em 15/05/2014. Valor pago: 1.500.000,00.
Obra de conservação e melhorias na rede de distribuição de energia elétrica, no bairro de São João, no município de São João del-Rei, Minas Gerais.	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	15/05/2014	Concluída	Obra concluída em 15/05/2014. Valor pago: 1.500.000,00.
Obra de conservação e melhorias na rede de distribuição de energia elétrica, no bairro de São João, no município de São João del-Rei, Minas Gerais.	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	15/05/2014	Concluída	Obra concluída em 15/05/2014. Valor pago: 1.500.000,00.
Obra de conservação e melhorias na rede de distribuição de energia elétrica, no bairro de São João, no município de São João del-Rei, Minas Gerais.	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	15/05/2014	Concluída	Obra concluída em 15/05/2014. Valor pago: 1.500.000,00.
Obra de conservação e melhorias na rede de distribuição de energia elétrica, no bairro de São João, no município de São João del-Rei, Minas Gerais.	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	15/05/2014	Concluída	Obra concluída em 15/05/2014. Valor pago: 1.500.000,00.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



fls. 46

Projeto de Lei nº 182/2014

## ANEXO IV – AJUSTES NAS INICIATIVAS DO PLANO PLURIANUAL 2012-2015

Programa 04 – Desenvolvimento Rural Sustentável e Abastecimento

PA:

4284 Assistência Técnica e Extensão Rural

Órgão/Unidade: SEAD/EMATER

Nota: ação realizada

	Atividade	Unidade	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
	Atividade	Unidade	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
atividade	70.002	50.004	107.002	60.540	130.002	300.000	60.004	220.000	107.002	107.004	0	1.400.000	

Mais detalhado: Sim

PA:

4284 Assistência Técnica e Extensão Rural

Órgão/Unidade: SEAD/EMATER

Nota: ação realizada

	Atividade	Unidade	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
	Atividade	Unidade	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
atividade	60.000	120.000	10.000	20.000	30.000	40.000	50.000	60.000	70.000	80.000	90.000	0	200.000

Mais detalhado: Sim

	Quantidade por Mes/ano
	Quantidade por Mes/ano
atividade	140.000/ano

De acordo com o PPA, a quantidade inicialmente prevista de 300.000 por ano, que resultou no total previsto de 1.400.000 ações realizadas até 2015. À época, a quantidade prevista anual na realidade deveria ser de 50.000, que resultaria em 300.000 ações para os quatro municípios, o que não ocorreu por erro de transcrição. O ajuste na quantidade prevista para a ação "Ação realizada" para 140.000/ano incorpora a avaliação da atuação de público para os serviços de assistência técnica e extensão rural, resultado das beneficiários dos Programas do Governo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
17ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa  
Presidência



**GUIA DE REMESSA DE PROPOSIÇÕES AO PODER EXECUTIVO.**

OF. Nº 226/2014 - DAP/SA DE 15/07/2014. PROJETO DE LEI 318/2014.  
OF. Nº 227/2014 - DAP/SA DE 15/07/2014. PROJETO DE LEI 238/2014.  
OF. Nº 228/2014 - DAP/SA DE 15/07/2014. PROJETO DE LEI 182/2014.  
OF. Nº 229/2014 - DAP/SA DE 15/07/2014. PROJETO DE LEI 323/2014.  
OF. Nº 230/2014 - DAP/SA DE 15/07/2014. PROJETO DE LEI 326/2014.  
OF. Nº 231/2014 - DAP/SA DE 15/07/2014. PROJETO DE LEI 320/2014.  
OF. Nº 232/2014 - DAP/SA DE 15/07/2014. PROJETO DE LEI 315/2014.  
OF. Nº 233/2014 - DAP/SA DE 15/07/2014. PROJETO DE LEI 152/2014.  
OF. Nº 234/2014 - DAP/SA DE 15/07/2014. PROJETO DE LEI 322/2014.  
OF. Nº 235/2014 - DAP/SA DE 15/07/2014. PROJETO DE LEI 263/2014.  
OF. Nº 236/2014 - DAP/SA DE 15/07/2014. PROJ. DE LEI COMP. 7/2014.  
OF. Nº 237/2014 - DAP/SA DE 15/07/2014. PROJETO DE LEI 753/2011.  
OF. Nº 238/2014 - DAP/SA DE 15/07/2014. PROJETO DE LEI 762/2013.  
OF. Nº 239/2014 - DAP/SA DE 15/07/2014. PROJETO DE LEI 325/2014. \_\_\_\_\_

14 Proposições Enviadas.

Enviado por:

Marcelo  
Marcelo Marques.  
Em 17/07/2014

Recebido por:

[Assinatura]  
Em 17/07/14



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 05/2014**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 05/2014**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**SÚMULA:** Veta parcialmente o projeto de lei nº 182/2014, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária do exercício financeiro de 2015, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições do seu art. 8º.

**EMENTA:** PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CF. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei nº 182/2014, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária do exercício financeiro de 2015, restou parcialmente vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Federal Brasileira.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

**Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.**

**§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, Inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)**

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 182/2014 foi enviado à sanção e recebido pelo Poder Executivo em





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



data de 15 de julho de 2014, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 04/2014, foi exarada em data de 06 de agosto de 2014, sendo desta maneira tempestivo.

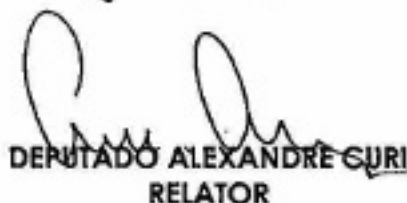
Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2014.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ALEXANDRE GURI  
RELATOR

  
Pastor Edson  
  
Alexandre Guri  
**APROVADO**

  
Pedro Lupion  
**VOTO  
CONTRARIO  
AO PARECER**

Dep. Pedro Lupion

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná